

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE- UNIARP
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

CAROLINE SILVA DE MARAFIGO

**O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DOS DESAFIOS DA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA
DE SEGURIDADE SOCIAL ENFATIZANDO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

**CAÇADOR
2019**

CAROLINE SILVA DE MARAFIGO

**O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DOS DESAFIOS DA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA
DE SEGURIDADE SOCIAL ENFATIZANDO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social, do Curso de Serviço Social, da
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe -
UNIARP

Orientadora: Profa. Dra. Fátima Noely da
Silva

**CAÇADOR
2019**

CAROLINE SILVA DE MARAFIGO

O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DOS DESAFIOS DA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL ENFATIZANDO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova com nota _____ este Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Serviço Social da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, como requisito final para obtenção do título de:

Bacharel em Serviço Social

Fátima Noely da Silva
Coordenadora do Curso de Serviço Social

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fátima Noely da Silva - UNIARP
(Presidente da Banca/ Orientadora)

Profa. Dra. Hillevi Maribel Haymussi- UNIARP
(Membro da banca)

Caçador, SC, ____ de _____ de 20__.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda a minha família.

Em especial, aos meus pais Osnildo Marafigo e Zelinda Becher que, desde o início, percorreram esse caminho comigo me dando força e incentivo. Obrigada por serem minha inspiração e meu exemplo de vida! Amo muito vocês! Obrigada por sempre me apoiarem nos momentos difíceis da vida! Com muita fé e determinação hoje mais um sonho se realiza e que Deus na sua infinita bondade continue a iluminar cada passo desta nova jornada que se inicia!

RESUMO

As políticas sociais são responsáveis pelos planos, programas e medidas necessárias ao reconhecimento, implementação, exercício e gozo dos direitos sociais reconhecidos em uma dada sociedade. A atividade profissional do Serviço Social enfrenta grandes desafios e procura se libertar de terminações, condicionamentos e limitações da sociedade onde está inserida. O Serviço Social é uma profissão liberal regulamentada no Brasil, atualmente, pela Lei Federal nº 8.662 de 1993, sendo uma das primeiras ocupações da área social a conquistar reconhecimento legal por parte do Estado, ainda na década de 1950, com a Lei Federal nº 3.252, de 27 de agosto de 1957 e o com Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. O Estágio Supervisionado foi realizado na Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – SC e permitiu a observação da realidade onde os usuários das políticas sociais estão inseridos, além de conhecer a realidade prática da profissão. Foi possível observar que a região atendida possui níveis de desigualdade elevados, fato observado em grande parte do país, porém, as políticas sociais atuam nestas realidades e buscam, através do trabalho do Assistente Social, amenizar as diferenças, promover autonomia cidadã e melhorar a qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Serviço Social. Seguridade Social. Política de Assistência Social.

ABSTRACT

Social policies are responsible for the plans, programs and measures necessary for the recognition, implementation, exercise and enjoyment of the social rights recognized in a given society. The professional activity of Social Work faces great challenges and seeks to free itself from the terminations, conditions and limitations of the society in which it operates. Social Work is a liberal profession regulated in Brazil, currently, by Federal Law n. 8.662 of 1993, being one of the first occupations in the social area to gain legal recognition by the State, even in the 1950s, with Federal Law n. 3.252, from August 27, 1957 and with Decree n. 994, from May 15, 1962. The Supervised Internship was carried out at the Municipal Social Assistance Secretariat of Lebon Régis - SC and allowed the observation of the reality where users of social policies are inserted, in addition to knowing the practical reality of the profession. It was possible to observe that the region served has high levels of inequality, a fact observed in much of the country, however, social policies operate in these realities and seek, through the work of the Social Worker, to reduce differences, promote citizen autonomy and improve quality of the population.

Keywords: Social Work; Social Security; Social Assistance Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe
BE – Benefício Eventual
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social
NOB/SUAS - Norma de Operação Básica
NOB/RH - Norma de Operação Básica de Recursos Humanos
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PBF - Programa Bolsa Família
PIA - Plano Individual de Atendimentos
PIB - Produto Interno Bruto
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
SEAC - Proteção Social Especial de Alta Complexidade
SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	12
1 O SISTEMA CAPITALISTA FRENTE AS CAMADAS SUBALTERNIZADAS SOCIAL E ECONOMICAMENTE	12
1.1 O QUE É O SISTEMA CAPITALISTA	12
1.2 REFLEXÕES SOBRE AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”	18
1.3 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ENQUANTO AVANÇO NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL DE SEGURIDADE SOCIAL – TRIPÉ (SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL)	19
1.4 POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	22
1.5 LOAS: LEI ORGANICA DA ASSISTENCIA SOCIAL	25
1.6 PNAS: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	27
1.7 SUAS-SISTEMA ÚNICO DE ASSITENCIA SOCIAL	28
1.8 NOB/SUAS- NORMA OPERACIONAL BÁSICA/ SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	30
1.9 TIPIFICAÇÃO	32
1.10 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO	32
1.10.1 Serviços de Proteção Básica	32
1.10.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	33
1.10.1.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV	34
1.10.1.3 Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	35
1.10.2 Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade:	36
1.10.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI	36
1.10.2.2 Serviço Especializado de Abordagem Social	37
1.10.2.3 Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida – LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC.....	38
1.10.2.4 Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas famílias	38
1.10.2.5 Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua.....	39
1.10.3 Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	39

1.11 BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	41
1.12 OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	42
1.13 ESTRUTURA DO SUAS NA CONTEMPORANEIDADE	44
CAPÍTULO II	47
2 A REFLEXÃO DA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL	47
2.1 A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL	48
2.2 A QUESTÃO SOCIAL ENQUANTO OBJETO DE TRABALHO	52
2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL	54
2.4 PROJETO ÉTICO POLÍTICO DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL.....	54
2.5 CÓDIGO DE ÉTICA DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL	56
2.6 AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL	57
2.7 INSTRUMENTAIS TÉCNICOS OPERATIVOS	57
2.7.1 Entrevista	58
2.7.2 Reunião	60
2.7.3 Estudo Social.....	61
2.7.4 Observação.....	62
2.7.5 Visita Domiciliar.....	62
2.7.6 Análise de Conjuntura	63
CAPÍTULO III	64
3 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL	64
3.1 A CONCEPÇÃO DO ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL DE LEBON RÉGIS - SC	64
3.2 INSTITUIÇÃO DE ESTÁGIO E O SERVIÇO SOCIAL	69
3.2.1 Estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis	69
3.2.2 Serviços Oferecidos.....	69
3.2.3 Serviço Social na Instituição	69
3.3 PROJETO ACADÊMICO DE INTERVENÇÃO	71
3.3.1 Objetivos do estágio	72
3.3.1.1 Objetivo geral	72
3.3.1.2 Objetivos Específicos	72
3.3.2 Usuários	72
3.3.3 Importância do estágio para o desenvolvimento acadêmico	73
3.3.4 Relatos técnicos das principais ações	76

CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

As políticas sociais são responsáveis pelos planos, programas e medidas necessários ao reconhecimento, implementação, exercício e gozo dos direitos sociais reconhecidos em uma dada sociedade. Estes direitos estão incluídos na condição de cidadania, gerando uma pauta de direitos e deveres entre aos quais se atribui a condição de cidadãos e seu Estado.

As medidas de proteção social iniciaram em um contexto rigidamente liberal. Este contexto se negava a reconhecer a necessidade de intervenção estatal nas questões de natureza social, sob a alegação da eficácia do mercado no trato dos problemas sociais emergentes.

Foi somente a partir da Constituição Federal de 1988 que o campo da política social começou a vislumbrar uma junção entre os dispositivos legais que foram sendo criados para a implementação do projeto da Seguridade Social brasileiro, são eles: a Lei Orgânica da Saúde, a Lei Orgânica da Assistência Social e o movimento da categoria profissional em torno de seu Projeto Ético-Político Profissional.

Um projeto que postula o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegura a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e às políticas sociais, bem como sua gestão democrática”, além do “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993).

Essa nova estruturação legal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) rompeu com a antiga tradição assistencialista brasileira e deu início à busca de práticas que possam contribuir de forma mais efetiva para a redução da pobreza e da exclusão social no país.

O Serviço Social é uma profissão liberal regulamentada no Brasil, atualmente, pela Lei Federal nº 8.662 de 1993, sendo uma das primeiras ocupações da área social a conquistar reconhecimento legal por parte do Estado, ainda na década de 1950, com a Lei Federal nº 3.252, de 27 de agosto de 1957 e o com Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. Entretanto, permanecem frequentes as dúvidas (tanto entre leigos quanto entre profissionais) sobre os papéis e as funções desempenhados pelo assistente social

O presente trabalho monográfico está dividido em três capítulos. O primeiro traz o referencial que foi utilizado como base teórica, o segundo aborda questões sobre a profissão de Assistente Social e o terceiro capítulo traz o relato e experiência de estágio. O objetivo deste trabalho é relatar as atividades que foram desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado que foi realizado Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – SC.

CAPÍTULO I

1 O SISTEMA CAPITALISTA FRENTE AS CAMADAS SUBALTERNIZADAS SOCIAL E ECONOMICAMENTE

1.1 O QUE É O SISTEMA CAPITALISTA

Abordaremos nesse capítulo o sistema capitalista frente as camadas subalternizadas, além de refletir sobre as principais políticas públicas no Brasil, implementadas a partir da Constituição Federal de 1988, com ênfase às políticas públicas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social, as quais compõe o que chamamos de tripé da Seguridade Social.

Se faz necessário refletir acerca do contexto social. Iniciamos nossa discussão abordando a configuração do sistema capitalista e seus reflexos no dia-a-dia das famílias brasileiras.

O capitalismo é o modo de produção em exercício no Brasil, que tem como característica marcante a divisão da sociedade em duas classes essenciais: a burguesia (donos dos meios de produção) e o proletariado (donos apenas de sua força de trabalho).

A burguesia, que detém os meios de produção (terra, matérias-primas, máquinas e ferramentas de trabalho), compra a força de trabalho oferecida pelo proletariado a fim de garantir o funcionamento de seus empreendimentos. Em contra partida, o proletariado se vê obrigado a vender sua força de trabalho, haja vista que ele não tem acesso direto aos meios de produção, não lhe restando outras possibilidades.

No âmbito do capitalismo podemos identificar várias características específicas nas classes (burguesia e proletariado), em conformidade com a realidade do país. Nos deparamos com a classe dos proprietários individuais de meios de produção e troca, que não abusam da mão-de-obra, ou seja, os pequenos trabalhadores, pequenos camponeses e pequenos negociantes. Já nos países considerados de terceiro setor, encontramos também proprietários fundiários semifeudais, cujo rendimento não deriva da compra da força de trabalho, contudo, de formas mais primitivas de apropriação do sub-trabalho. Sendo assim, essas

classes representam vestígios das sociedades pré-capitalistas e não classes típicas do próprio capitalismo.

O modo de produção capitalista é basicamente uma forma de economia de mercado. Nas raízes do capitalismo há uma generalização da produção e da circulação de mercadorias na sociedade, sendo que as concentrações do capitalismo, que poderá levá-lo ao desaparecimento, decorrentes em última análise, das concentrações inerentes à própria produção mercantil.

A produção capitalista incide na produção de mercadorias com vistas ao lucro. A busca pelo lucro é mediada pela concorrência. Toda a empresa que não atinja um lucro satisfatório acumulará menos capital, terá elevação difícil e mais caro ao crédito, será, por consequência, afastada na corrida à tecnologia mais atual e perderá por esse fator comércios em proveito dos seus decorrentes.

O modo de produção capitalista, entretanto, não é apenas dominado pela concorrência entre mercados, mas também pelas relações entre operários e capitalistas. O valor adicionado na produção industrial partilha-se entre o trabalho e o capital, é um elemento fixo, no marco de cada processo de produção. O capitalista, a fim de acumular capital, busca restringir a parte dos trabalhadores, objetivando aumentar seu padrão de vida. Por outro lado, o operário, percebendo essa relação desigual, passa a lutar por melhores condições de trabalho, melhor salário e melhores condições de vida. Assim, surge a frequente batalha de classes vivenciada no seio do modo de produção capitalista.

A oferta de mão de obra é, em primeiro lugar, maior do que a procura, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo elimina mais empregos do que oferece. Sendo assim, o desemprego aumenta rapidamente na medida em que a industrialização se apressa, especialmente, nos países ocidentais que se tornaram as oficinas industriais do mundo. Isso se dá porque os capitalistas buscam nutrir sua constante parte do valor acrescentado pelo aumento da produtividade, ou seja, buscando aumentar os lucros e reduzir gastos, as pessoas vão sendo gradativamente substituídas pelas máquinas. Dessa forma, o exército de reserva industrial é periodicamente reconstituído e o capitalista consegue manter os baixos salários.

O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto maior mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta de desvalorização do mundo dos homens

(Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. [...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, e produz privações para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta ao trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2004, p. 80).

A discordância do modo de produção capitalista alimenta e acentua a luta de classes. À medida que os operários tomam consciência da situação de exploração vivenciada por eles, se organizam. Os operários não se limitam mais a receber apenas uma pequena fatia do bolo, eles se engajam nos movimentos sociais e políticos, buscando transformar as estruturas da sociedade. Assim, entende-se que os operários buscam abolir essa economia constituída no lucro particular, estabelecendo uma sociedade voltada a satisfação das necessidades de todos. Por outro lado, o capitalista objetiva manter seu *status*.

Pode-se dizer que o capitalismo, desde seu surgimento, passou por três fases específicas. Essas fases estão intimamente conectadas com a evolução das tecnologias industriais, com a profunda mudança das relações entre as classes sociais e com as desigualdades das zonas geográficas, onde se inseriu o sistema capitalista internacionalmente.

Subsequentemente, de maneira sucinta, abordamos as três fases do capitalismo:

A primeira fase é a Revolução Industrial, onde o capitalismo de livre concorrência está inteiramente conectado a primeira revolução industrial, sendo que as máquinas se constituíam e se movimentavam pela força do vapor. Os ramos industriais básicos eram o têxtil, a indústria carvoeira e a indústria da fundição, ou seja, dos derretimentos dos materiais.

Com o desenvolvimento dessa fase industrial, na Europa surgiu um sério problema de declive no capital, pois o proletariado, acumulado nas grandes cidades, passou a se deparar cada vez menos com emprego que pagasse um salário suficiente para suprir suas necessidades básicas. É nesse momento histórico que começam a surgir as favelas, grandes bolsões de pobreza onde o proletariado se acumula nas periferias em condições precárias.

Neste momento histórico se inicia também a corrida para o terceiro mundo onde se busca a extensão dos grandes impérios, a exportação dos capitais em

direção as regiões menos industrializadas, o emprego dos capitais que, portanto, são exportados para assegurar o escoamento de novos ramos para a indústria.

Sendo assim, logo em seguida, o alicerce da base energética e tecnológica das manufaturas, ou seja, usinas, começam a se modificar. Já o motor elétrico e o motor de explosão substituem pouco a pouco a máquina a vapor. Igualmente, com o andamento da siderurgia, os fundamentais ramos da indústria capitalista passam a ser a construção mecânica e elétrica, sendo a indústria petrolífera e a indústria automotiva.

A segunda fase do capitalismo é o imperialismo, onde a composição da classe burguesa não se transforma de forma inferior, ou seja, com menor intensidade. Pois com a concentração de capitais, especialmente nos novos ramos em expansão, deixam subsistir apenas algumas instituições dominantes, essas deixam de prosseguir a concorrência sistemática da baixa de preço, sendo que os ajustes capitalistas se tornam regras. A concentração dos capitais disponíveis nos bancos dá a estes a superioridade em face das necessidades, sendo que os mesmos são beneficiados com abundância de recursos para financiar a nova revolução industrial. Os bancos adentram na indústria e tornam-se as forças dominantes. Assim, chega-se ao auge do capital financeiro, do capitalismo dos monopólios e do imperialismo.

Em conformidade de Lenin (2008, p. 125-126)

[...] o imperialismo é pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista, isto determina o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. [...] O monopólio é produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. É formado pelas associações monopolistas, os cartéis, os sindicatos e os trustes. [...] Os monopólios vieram intensificar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias – primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderúrgica. [...] O monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro [...] O monopólio nasceu na política colonial. [...]

O imperialismo americano era privilegiado, tanto do ponto de vista econômico, quanto financeiro e militar. A ampliação desses moldes permite uma máxima relação entre os capitais industriais e bancários, bem como beneficia a relação do capital x dinheiro e de capital produtivo entre povos capitalistas.

A terceira fase do capitalismo é a revolução tecnológica, a qual tem sua gênese a partir da segunda guerra fria, os eletrônicos e a potência nuclear passam a

ser um dos principais planos nas técnicas produtivas. Os conjuntos automáticos e teleguiados vêm suprir as fronteiras de montagem semiautomática.

Nessa fase a aeronáutica, a indústria de computadores, a construção elétrica e a petroquímica substituem a indústria siderúrgica e a construção mecânica. Isso porque são divisões industriais, que vem disputando espaço com o automóvel e o petróleo. Desde então, a tecnologia avança cada vez mais, o que dificulta ainda mais o acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho, os quais agora necessitam buscar conhecimento e se qualificar para que possam concorrer as vagas de emprego disponíveis. Essas vagas, por sua vez, exigem cada vez mais dos candidatos, pois o exército de mão de obra disponível cresce assustadoramente e são necessários mais critérios de seleção.

A partir da concretização do capitalismo, o Estado passou a interferir cada vez menos na condição econômica das pessoas, o que deixa a classe operária ainda mais confusa e desorientada. O Estado julga que as necessidades da sociedade civil devem ser supridas pelo próprio povo, por meio de uma forma hierárquica de gestão da sociedade.

No modo de produção capitalista, o trabalho consiste em meio de sobrevivência, bem como a força de trabalho disponível se torna cada vez mais uma mercadoria, ou seja, com vistas ao cultivo de outras mercadorias que mantêm o metabolismo do capital, seu processo de valorização e concentração constante e de sua contínua tendência a centralização.

Uma das características mais marcantes do capitalismo é o aumento expressivo das desigualdades sociais, pois com o advento do modo de produção capitalista as relações trabalhistas passam a se constituir, necessariamente, na expropriação do trabalho e na exploração da mão de obra, objetivando o lucro e sem preocupação com o trabalhador.

A relação de exploração do trabalhador traz como consequência o desastroso aumento do pauperismo. A miserabilidade da população é acompanhada por diversas outras situações que se constituem em sérios problemas sociais, como por exemplo, a fome, a violência, a falta de escolarização, as drogas, doenças relacionadas com a falta de saneamento básico, doenças relacionadas com as precárias condições de trabalho, depressão e outras doenças/transtornos de cunho psicológico e psiquiátrico, fragilização da capacidade protetiva da família, dentre outras situações.

Todo o emaranhado de dificuldades vivenciadas, principalmente, pelas classes sociais mais subalternizadas, ou seja, esse conjunto de problemas sociais advindos da relação de exploração do trabalho e do intenso conflito entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, é o que chamamos de questão social, a qual se manifesta nas mais diversas expressões.

O Estado, por mais democrático que seja, ainda não possui respostas efetivas a serem dadas para o povo, ou seja, só possui condições para suprir as necessidades mais básicas dos cidadãos, não sendo o suficiente sequer para abrandar as expressões da questão social. Além disso, os problemas sociais e as dificuldades vivenciadas pela população são vistos como responsabilidade dos próprios cidadãos, ou seja, como resultado de suas ações. Netto (2001, p. 44), explica que:

[...] de fato, no âmbito do pensamento conservador – a “questão social”, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora. E, em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção [...]

Karl Marx reflete acerca do Capitalismo, onde afirma que a acumulação do capital possui íntima relação com a multiplicação do proletariado (MARX, 1984). Nesse sentido, entendemos que na regra geral da acumulação capitalista o acúmulo da miséria corresponde, ao mesmo tempo, a acumulação do capital, como membro de um processo único e indivisível. Nas palavras de Marx (1984, p. 210), “acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação da miséria de outro, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalidade, e degradação moral no polo oposto”. Ou seja, quanto maior for o acúmulo de capital, maior será o pauperismo, sendo esta a lei absoluta da acumulação capitalista.

Segue a urbanização, a industrialização e o desenvolvimento extensivo do capitalismo no campo. O mesmo está nos alicerces das desigualdades regionais, onde abrange o trabalhador e o camponês, principalmente, os negros, os índios e os emigrantes. A questão social se amplia pelo campo e cidade as dificuldades de trabalho, saúde, habitação, educação, transporte entre outros se propagam em muitos lugares o tempo todo. Nos países em que o acúmulo das contradições econômicas e sociais é maior, a questão social tem um grande crescimento.

1.2 REFLEXÕES SOBRE AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”

A história do Brasil é marcada pela incidência das mais diversas expressões da questão social, as quais podem considerar como condição crucial para construção da democracia, pois a democracia só foi conquistada após intensas lutas da classe trabalhadora em prol de seus direitos e melhores condições de trabalho.

Na contemporaneidade, a questão social continua sendo um grande desafio, pois enquanto a economia cresce, os capitalistas se fortalecem e a classe trabalhadora padece cada vez mais.

O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, nas cidades e nos campos, aliado com o desenvolvimento do senso crítico da população acabam dando origem aos movimentos sociais, onde os trabalhadores se organizam em busca do direito à propriedade, de melhores condições de vida e da garantia e ampliação de seus direitos.

Os movimentos sociais, em geral, concentram as lutas das classes sociais mais subalternizadas, enfatizando as diversas demandas impostas pela sociedade ao Estado. É a partir da intensificação das lutas entre capitalistas e trabalhadores que novas configurações do capitalismo, gradativamente, vão surgindo.

Toda essa ação é intensamente caracterizada pela degradação da própria força de trabalho que, em desiguais épocas da expansão capitalista, consome as energias dos operários, deslocando-os para patamares subalternos, de mínima importância para a produção ou facilmente fadada ao adoecimento mental e físico precoce. Marx (1984, p. 207–210) explora essa afirmação:

O consumo da força de trabalho pelo capital é, além disso, tão rápido que o trabalhador de mediana idade, na maioria dos casos, já está mais ou menos esgotado. Ele cai nas fileiras dos excedentes ou passa de um escalão mais alto para um mais baixo. Justamente entre os trabalhadores da grande indústria é que deparamos com a duração mais curta da vida. [...] dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam á custa do trabalhador individual, todos os meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento do seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhes as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma; desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho. [...]

Compreendemos, assim, que a desigualdade no capitalismo não se define apenas com a não socialização da riqueza, mas com o afastamento das classes e com a exploração do trabalho pelo capital, ou seja, do trabalhador pelo capitalista até que o primeiro não seja mais útil para o mercado de trabalho.

Na sequência abordaremos o impacto social causado a partir da promulgação, no Brasil, da Constituição Federal de 1988.

1.3 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ENQUANTO AVANÇO NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL DE SEGURIDADE SOCIAL – TRIPÉ (SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL)

A luta pelo reconhecimento dos direitos não é recente, ao longo do tempo o homem se dedica a reivindicá-los, garanti-los e ampliá-los, ou seja, os direitos não são conquistados sem luta.

À medida que a sociedade se modifica, novos contextos se caracterizam, novas demandas são impostas e novos direitos são concretizados. Podemos dizer, portanto, que os direitos sociais vão se materializando (ou regredindo) em consonância com as modificações da sociedade. Nesse sentido, é imprescindível compreender que, uma vez conquistados os direitos, é preciso fazer com que sejam efetivados e não transgredidos,

Desde o ano de 1964, o Brasil estava sob a Ditadura Militar, regime que restringiu, significativamente, os direitos da população, até o ano de 1985, quando é reestabelecida a democracia no país. Após imensas lutas travadas pelo povo visando resgatar a liberdade perdida, em 05 de outubro de 1988 é aprovado o novo texto da Constituição Federal, que a partir deste ano ficou conhecida como Constituição Cidadã.

A Constituição de 1988 assegurou diversas garantias, antes cerceadas pela ditadura, com a finalidade de dar máxima efetividade aos direitos fundamentais. O novo texto constitucional possui 245 artigos, os quais estão divididos em 09 títulos, que constituíram uma nova forma de organização do estado, descentralizando o poder e reconhecendo os municípios como autônomos, garantindo mecanismos de participação da sociedade na implantação das políticas.

No que diz respeito aos direitos sociais, antes reduzidos pela ditadura militar e negados aos cidadãos, a Constituição, em seu artigo 6º, define-os e expande-os: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o

lazer a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988, em seu texto, reservou um capítulo para a seguridade social, a qual engloba as Políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, representando um grande avanço no que se refere a segurança da população, em todas as fases da vida humana, pois definiu à Seguridade Social o *status* de Política Pública.

A Seguridade Social, exposta no texto da Constituição Federal de 1988, foi fruto das lutas dos operários e dos movimentos sociais. A Seguridade Social adota como diretriz o conceito de proteção social, num momento de intensa crise da sociedade capitalista, onde crescia a necessidade de implementação de mais e mais políticas sociais a fim de atender as demandas emergentes advindas das modificações sociais ocorridas naqueles momentos de tensão.

A Seguridade Social é apresentada à sociedade civil no artigo 194 da Constituição, conforme:

Art. 194. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I – Universalidade da cobertura e do atendimento;

II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV – Irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - Equidade na participação no custeio;

VI - Diversidade da base de financiamento;

VII - Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

VIII – Caráter democrático e descentralizado da administração mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados. (BRASIL, 1988).

O mesmo artigo 194 da Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo único, define como competência do poder público organizar a Seguridade Social, com base nos seguintes objetivos:

I – Universalidade da cobertura e do atendimento;

II – Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV – Irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - Equidade na forma de participação no custeio;

VI – Diversidade da base de financiamento;

VII – Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 1988).

Assim, a Seguridade Social junta formas de proteção que não exigem, exclusivamente, que o beneficiário esteja inserido no mercado de trabalho, ou seja, todos os cidadãos, atendendo aos critérios de cada política pública que compõe a seguridade social (Saúde, Previdência Social e Assistência Social), tendo necessidade de ser protegidos por este sistema, fazem jus aos benefícios estabelecidos, ao menos na teoria.

Desde a inserção da previdência, da saúde e da assistência social como partes da seguridade social, apesar dos desafios na sua implementação e efetivação, a ciência de direitos sociais universais é colocada como parte da condição de cidadania, sendo que antes era limitada a população beneficiária da previdência.

Sendo assim, a Seguridade Social, continua sendo um marco de vitória para os movimentos sociais e ainda para as lutas sociais, como inspiradora e norteadora dos direitos sociais universais.

Conforme já exposto, a Seguridade Social é composta pelas políticas públicas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social. A sequência do texto da Constituição Federal de 1988 define cada uma delas, conforme explicitamos a seguir:

A política pública de Saúde é delineada no artigo 196:

A saúde é direito de todos e dever do estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Ou seja, todos os cidadãos têm direito à saúde, que é constituída como direito universal. A saúde passou a ser obrigação constitucional de todas as esferas de governo, sendo que antes disso era exclusivamente da União e relativa ao trabalhador. O conceito de saúde foi expandido e vinculado às políticas sociais e econômicas.

No que se refere à Previdência Social, a Constituição Federal de 1988 assenta:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que

preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da Lei, a:

- I – Cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II – Proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III – Proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV – Salário família e auxílio – reclusão para os dependentes segurados de baixa renda;
- V – Pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes [...] (BRASIL, 1988).

A previdência Social consiste num seguro social, constituído por um programa de pagamentos, em dinheiro ou em serviços feitos ou prestados ao indivíduo e a seus dependentes, ou seja, como compensação parcial da perda de capacidade laborativa, geralmente, mediante a um vínculo contributivo.

Por fim, a Política de Assistência Social é especificada no artigo 203 da Constituição: “A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social [...]” (BRASIL, 1988). O mesmo artigo 203 estabelece como objetivos da Política de Assistência Social:

- I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

Se faz necessário ter consciência de que a garantia dos direitos da população exige mais que a proclamação, ou seja, são necessárias medidas para concretização e efetivação desses direitos.

1.4 POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Abordar a trajetória da política da Assistência Social no Brasil é especificamente recordar um momento histórico com o foco no Brasil. As políticas sociais nos anos 30 do século XX são apontadas como um período onde o Estado passou a intervir nas relações entre capital e trabalho, visto como país capitalista periférico ingressa tardiamente no mundo industrial. A prática de Assistência Social se inicia com práticas pontuais e não como uma concepção de política, ou seja, as práticas assistenciais eram praticadas como solidariedade e ajuda àqueles que se encontrava em situações menos favorecidas, como pobres, incapazes e outros, as

mesmas foram reguladas pela filantropia através da Igreja Católica e, logo em seguida, pelo Estado.

Toda essa ação era visada para amparar a população menos favorecida, ou seja, que estivesse fora do mercado de trabalho, incluindo, todos os tipos de raça e etnia e gênero assim como pessoas deficientes, crianças e idosos.

A Constituição de 1934 inaugura os direitos trabalhistas para amenizar as relações entre capital e trabalho e, justamente nessa mesma época, se introduziu um conjunto de medidas de proteção ao trabalhador, que logo em seguida se alterou para Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que assegurava o direito à educação, o amparo aos desvalidos e à maternidade. Getúlio Vargas, nessa época, era considerado como o pai dos pobres.

É importante destacar a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) criado a partir de 1938, sendo a primeira regulamentação da assistência social no país, este conselho veio com a intenção de desenvolver estudos voltados aos problemas sociais.

A criação da Assistência Social, enquanto política pública no Brasil, esteve profundamente amarrada à busca dos capitalistas por preservar um conjunto de comportamentos de bondade, benevolência e solidariedade, visto que, a Assistência Social, no começo, não passava de uma aparência de controlar a miséria e acalmar o povo.

Em 1942, surge a primeira instituição de assistência social no país a LBA - Legião Brasileira de Assistência que foi fundada pela então primeira dama Darcy Vargas, mulher de Getúlio Vargas. A LBA foi criada, de início, para prestar assistência aos soldados que eram recrutados para as guerras. Ao analisar com criticidade essa instituição, compreende que a mesma se refere à Assistência Social como uma prática que não passava de um ato de caridade, ou seja, não era visto como um direito a população e muito menos como direito aos cidadãos.

Com a demissão do então Presidente Jânio Quadros, no período de 1961 e 1964, o Brasil sofre uma profunda transformação social, econômica e em diversos outros setores. Nessa época, já havia iniciado o período da Ditadura Militar, desde então a LBA passa ser uma fundação vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, ocorrendo também o surgimento de Faculdade de Serviço Social objetivando a profissionalização de mulheres na área da Assistência Social.

Entre 1975 e 1985 inicia-se um dos seus grandes movimentos históricos do país, ou seja, nessa época a Ditadura Militar começou a se desgastar, a sociedade já não conseguia mais viver sob a repressão e o controle dos militares, sendo assim, começou a surgir vários movimentos sociais os quais entram em cena, assim como a redemocratização do país, as reivindicações de profissionais da saúde e também de setores públicos, entre outros.

Estes acontecimentos, movimentos sociais em diferenciadas áreas, eram organizados pelos sindicatos, os quais davam força para as demandas sociais tendo em vista que ganhavam mais visibilidade pública e a luta por igualdade de direitos só aumentava. Somente em 1985 a ditadura termina e são realizadas as eleições para Presidente da República, sendo José Sarney o então novo presidente.

O novo governo tem seu início marcado pela redemocratização da sociedade brasileira, com a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, ou seja, estabeleceu-se uma nova ordem social com o intuito de que com todo esse movimento fosse escrita a tão esperada Carta Constitucional dos direitos sociais, que garantiu as políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma transformação para a Assistência Social no Brasil, passando a constituir em seu texto um capítulo para a Seguridade Social, que contém a Política de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, o que caracterizou grande avanço, ou seja, passou a Seguridade Social ser a base de política pública sendo assim definida como essencial.

Sendo um marco histórico, a mesma institui um começo cheio de transformações da caridade, bem-estar e ajuda para a noção de direito e cidadania da Assistência Social apresentando sua índole de política pública de proteção social o qual está estruturada a outras políticas voltadas a garantia de direitos e de melhores condições de vida.

A Constituição, promulgada em 1988, contém 245 artigos, divididos em nove títulos, que estabelece uma nova forma de organização do estado, descentralizando o poder, considerando os municípios como autônomos e instituindo mecanismos de participação da sociedade na execução das políticas.

Sobre a Assistência Social especifica que: “Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (...)” (BRASIL, 1988). Desde então, com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social conquista uma nova aparência, passando de mero

assistencialismo para direito de cidadania, sendo agora uma luta da sociedade para se efetivar este direito, assim como os demais direitos garantidos na Constituição.

A profissão de Serviço Social teve seu papel importantíssimo na promulgação da Constituição de 1988, contribuindo em especial na consolidação da assistência social como política pública de direitos. Após anos de luta, que a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, (Lei 8.742) é aprovada, em a 07/12/1993, do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, e da criação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e do SUS – Sistema Único de Saúde.

1.5 LOAS: LEI ORGANICA DA ASSISTENCIA SOCIAL

A LOAS regulamentou os artigos constitucionais referentes à Assistência Social, artigos 203 e 204, o qual deu início a uma nova trajetória de vitórias, avanços e conquistas, no campo dos direitos para a população e sociedade, estabelecendo benefícios, serviços, programas e projetos determinando o enfrentamento das expressões da questão social, os quais estão presentes nos elementos mais vulneráveis da população.

A partir da LOAS a situação dos usuários da Assistência Social passa de clientes de mero assistencialismo para sujeitos de direitos. Direitos estes garantidos na lei através de uma política específica e organizada para atender as demandas sociais existentes.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Sendo assim a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) determina os objetivos, princípios e diretrizes da política, ou seja, trata-se das organizações, das ações e funcionamento.

É importante ressaltar que a partir da LOAS a proteção social se dispõe como um mecanismo contra a exclusão social que decorrem de certas inconstâncias da vida, ou seja, a doença, as privações e a velhice entre outras formas que também se encaixam assim como a distribuição e redistribuição de bens. Considerando que a LOAS tem como objetivo a proteção à família, ou seja, um dos focos primordiais dentro da política de assistência social.

A LOAS estabelece competências de cada esfera do Governo sendo eles: Federal, Estadual e Municipal no que se refere à operacionalização da Política de Assistência Social. A mesma regulamenta os Benefícios de Prestação Continuada, o qual é elencado na Constituição Federal de 1988, tendo como garantia de direitos e acesso para os serviços, programas e projetos para a assistência social.

Após a LOAS, outras legislações foram constituídas com o intuito de melhorar e organizar a Política de Assistência Social. O primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social – PNAS foi estabelecido no ano de 1998, sendo que neste ano foi impressa uma nova Norma Operacional Básica - NOB em conformidade com o que fora descrito na PNAS. Importante citar que essa NOB diferenciou os serviços, programas e projetos da Assistência Social e ampliou as atribuições dos Conselhos de Assistência Social.

Em 2004, quando houve as deliberações da IV Conferência Nacional da Assistência Social, é então elaborado o novo texto da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, vigente até os dias de hoje. Este novo texto da PNAS tinha como eixos principais suas concepções de territorialidade, financiamento, controle social, monitoramento e avaliação e recursos humanos. Necessário expor que o debate, durante a IV Conferência Nacional, foi em torno da ideia de implantação do Sistema Único de Assistência Social. Esse debate envolveu os mais diversificados seguimentos da sociedade, movimentos sociais, conselhos de políticas públicas, trabalhadores, instituições de ensino e usuários.

Lembrando também que não podemos deixar de destacar a criação do Cad/Único o qual foi instituído no ano de 2001 e que tem sua principal colaboração na identificação de situações de risco e vulnerabilidades sociais, ou seja, o Cad/Único é o que contém dados suficientes para a criação das políticas as quais procuram atender as diversas demandas sociais existentes na sociedade.

Sendo assim, para que o usuário tenha acesso a todos os serviços, programas e projetos dentro da Política de Assistência Social os mesmos têm que estar inseridos no cadastro para que se tenha acesso aos serviços que são oferecidos na rede de proteção básica.

Desde então, a Política de Assistência Social passa a ser encarada após a Constituição Federal de 1988, sendo esta política composta por programas, projetos, serviços e benefícios que são prestados pelo Estado e pelas entidades de Assistência Social. As ações que são oferecidas dentro da Política de Assistência

Social são organizadas para proporcionar autonomia e protagonismo aos indivíduos, famílias e suas comunidades.

1.6 PNAS: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 15 de outubro de 2004 o Conselho Nacional de Política de Assistência Social aprova então a Política de Assistência Social – PNAS, a mesma foi publicada no Diário Oficial da União em 28 de outubro de 2004.

Essa política se elaborou a partir de um amplo debate nacional, sendo que trouxe críticas à política que estava a ser implantada em 1988. O debate nacional girava em torno das dúvidas, os quais eram apresentadas na área, e da necessidade em colocar medidas que fossem mais claras com o objetivo de como compreender e proporcionar o acesso à Assistência Social como direito.

A Política de Assistência Social se expressa como materialidade que contém um conteúdo amplo para a política de Assistência Social, tendo como pilar primordial, o Sistema de Proteção Social, o qual está inserido no âmbito da Seguridade Social.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2004) a mesma diz que “para a construção da política pública de assistência social a mesma precisa levar em consideração três vertentes de Proteção Social sendo elas: as pessoas, as suas circunstâncias e seu núcleo de apoio à família”.

Vale lembrar que a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar (BRASIL, 2004, p. 31)

Referente à segurança de rendimentos a mesma não é baseada no salário mínimo, mas sim na garantia de que todos tenham acesso aos seus direitos para que os mesmos possam garantir assim a sua sobrevivência, passando ser autônomo, superando suas limitações de trabalho e desemprego. Tendo como exemplo as pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, ou pessoas que são desprovidas de condições básicas de vida.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS atribui em conjunto com as políticas setoriais, ou seja, passou a considerar as desigualdades de territórios tendo em vista a luta para seu enfrentamento a qual se refere a garantia dos mínimos sociais, fornecendo assim condições que atendam as vulnerabilidades que estão expostas na sociedade e garantindo assim a universalização dos direitos sociais.

Os objetivos da Política Nacional de Assistência Social são:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004, p. 33).

Diante dessas considerações, o cidadão e usuário dessa Política de Assistência Social tem acesso a informações assim como serviços e benefícios, ou seja, os usuários necessitam das informações referentes às políticas públicas existentes. Os usuários dessa política são os cidadãos que se encontram em situações de risco social ou vulnerabilidade social. Tais como:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004,p. 33).

A Política de Assistência Social, ou seja, o SUAS, passa a ter uma direção a qual esteja voltada a totalidade das ações públicas que propõe inúmeras superações que estejam voltadas a fragmentações dessas ações sendo elas (governamentais ou não governamentais).

1.7 SUAS-SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL

O SUAS, Sistema Único de Assistência Social, define alguns elementos que são imprescindíveis na execução e na efetivação da Política de Assistência Social os quais estão descritos na PNAS (Política Nacional de Assistência Social) sendo estes:

- Matricialidade Sócio Familiar: Que tem a família como pilar diante da sociedade;
- Descentralização político-administrativa e territorialização: Diz respeito ao artigo 6º da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social “a gestão das ações na

área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo” (BRASIL, 1993);

- Novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil: Nada mais é que o envolvimento da sociedade, ou seja, da população em geral dentro das políticas públicas;
- Financiamento: O mesmo se encontra estabelecido no artigo 195 da Constituição Federal de 1988 deixando bem claro:

Art: 195. A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais (BRASIL, 1988).

- Controle Social: Nada mais é que a participação da sociedade em prol ao andamento das ações e execuções que são oferecidas dentro das políticas públicas;
- O desafio da participação popular/cidadão usuário: Vejamos que o desafio ainda permanece na participação da sociedade nos Conselhos Municipais;
- Política de Recursos Humanos:

O dinamismo, a diversidade e a complexidade da realidade social pautam questões sociais que se apresentam sob formas diversas de demandas para a política de assistência social, e que exigem a criação de uma gama diversificada de serviços que atendam às especificidades da expressão da exclusão social apresentada para esta política (BRASIL, 2004);

- A Informação, o Monitoramento e a Avaliação:

Confirmando as deliberações sucessivas desde a I Conferência Nacional de Assistência Social de 1995, a IV Conferência Nacional, realizada em 2003, define-se claramente pela elaboração e implementação de planos de monitoramento e avaliação e pela criação de um sistema oficial de informação que possibilitem: a mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência Social; a transparência; o acompanhamento; a avaliação do sistema e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação da política pelas três esferas de governo (BRASIL, 2004).

Com base nisso, a Assistência Social é coordenada, ou seja, organizada em um sistema descentralizado e participativo que está designado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) conforme está estabelecido na Política de Assistência Social – (PNAS/2004).

1.8 NOB/SUAS- NORMA OPERACIONAL BÁSICA/ SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público não contributivo, caracterizado por uma gestão que seja compartilhada de co-financiamento que possui os três eixos sendo estes os entes federados, inseridos no controle social os quais são exercidos nada mais que pelos Conselhos de Assistência Social de cada Município, Estado e União. O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais (BRASIL 2004, p. 39).

Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, Co- financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (BRASIL, 2004, p. 39).

A criação do SUAS, Sistema Único de Assistência Social, trouxe avanços significativos em suas ações no âmbito da Assistência Social, que organiza os serviços prestados pela assistência social sendo estes: A Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, esta última é dividida em média complexidade e alta complexidade.

Após o SUAS ter sido implementado o mesmo teria que ter uma base que aprimorasse a sua organização diante das ações que seriam desenvolvidas, sendo assim através da Resolução de nº 130, de 15 de Julho de 2005 se cria então a NOB/SUAS, Norma Operacional Básica do SUAS, à qual colocou em ordem os trabalhos que estariam no âmbito da Política de Assistência Social. Essas ações que são destinadas a Assistência Social estão coordenadas por suas unidades públicas sendo elas, principalmente: Centros de Referência da Assistência Social – (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social – (CREAS).

Com a implantação do SUAS sendo um sistema único e nacional trouxe avanços significativos para a Assistência Social, demonstrando muita organização e comprometimento com os serviços, benefícios, programas, projetos e benefícios, tendo como articulação primordial as ações da União, Estados e Municípios, obtendo maior integridade entre as políticas de Assistência Social e as demais políticas.

Importante expor que, diante das transformações sociais ocorridas desde a aprovação da NOB/SUAS de 2005, houve necessidade de atualização desta norma. Assim, em 12 de dezembro de 2012, foi aprovado um novo texto da NOB/SUAS, o qual encontra-se em vigência.

A NOB/SUAS/2012 estabelece em seu artigo 4º, as seguranças afiançadas pelo SUAS:

I - Acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

- a) condições de recepção;
- b) escuta profissional qualificada;
- c) informação;
- d) referência;
- e) concessão de benefícios;
- f) aquisições materiais e sociais;
- g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
- h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média e longa permanência.

II - Renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

- a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;
- b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - Desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

- a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania;
- b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade;
- c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes.

V - Apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos (BRASIL, 2012).

As ações desenvolvidas buscam se articular com as transferências de renda, com os serviços socioassistenciais e com os benefícios, os quais são oferecidos com o intuito de oferecer maiores oportunidades e possibilidades para os usuários, comunidades e seus familiares.

1.9 TIPIFICAÇÃO

Com a finalidade de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados no âmbito da Assistência Social, através do estabelecimento de bases de padronização nacional dos serviços e equipamentos físicos do SUAS, organizando-os de acordo com os níveis de proteção definidos pela Política Nacional de Assistência Social, em 11 de novembro de 2009 é aprovada, pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Resolução nº 109, que ficou conhecida como Tipificação Nacional dos serviços sócio assistenciais.

A Tipificação Nacional organiza todos os níveis de Complexidade do SUAS (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade), definindo os serviços sócio assistenciais a serem oferecidos em cada nível de proteção.

Adiante, veremos quais serviços são oferecidos em cada nível de proteção social.

1.10 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO

1.10.1 Serviços de Proteção Básica

“A proteção social básica tem por objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2004).

Todos os serviços, programas e projetos que estão integrados na proteção social básica devem ser desenvolvidos no equipamento que é considerado porta de entrada dos usuários do SUAS, sendo ele o CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

A proteção básica tem como finalidade a prevenção das situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, bem como visa o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A proteção básica destina-se à população que está em situação de vulnerabilidade social, o qual é subsequente da pobreza, e suas privações que sejam elas: a falta de saneamento básico a ausência de renda, a cessação dos acessos aos serviços públicos, entre outros.

A proteção social básica se efetiva nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que é uma unidade pública estatal instituída no âmbito do SUAS, que possui ligação com as demais políticas públicas, ou seja, articula, coordena e oferta serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social.

1.10.1.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

O PAIF é o Programa de Atenção Integral à Família, que são ações socioassistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

O Programa de Atenção Integral à Família é uma atribuição o qual é exclusiva do poder público que é desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social. O PAIF é reconhecido pela PNAS como parte integrante da proteção básica, que tem sua nomenclatura em todo o país e significado semelhante para todo o território brasileiro.

O PAIF é um programa estratégico do SUAS o qual integra os serviços socioassistenciais, programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, potencializando, assim, o impacto das ações de assistência social para as famílias. São componentes do PAIF: As famílias em situação de vulnerabilidade social e risco social, usuários que são residentes nos territórios de abrangência do CRAS e em especial as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda ou até mesmo os membros familiares que recebem algum tipo de benefício assistencial.

Todas as ações que são desenvolvidas pelo PAIF ocorrem por meio de:

- Demanda das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- Busca proativa de famílias, isso desenvolvido pelas equipes do CRAS;
- Encaminhamento, os quais sejam realizados pela rede socioassistencial, serviços setoriais e órgãos públicos etc.

Essas ações se desenvolvem como unidade de referência, o qual potencializa os vínculos internos e externos de solidariedade que se desenvolvem por meio do convívio, socialização e autonomia das famílias, bem como parte integrante de

projetos coletivos e promoção do acesso a programas de transferência de renda, benefícios assistenciais e demais que compõe serviços socioassistenciais.

Ações que compõe o PAIF:

- Acolhida: Recepção do CRAS, entrevista e visita domiciliar;
- Acompanhamento Familiar: Grupos de família, atendimento particularizado e atendimento particularizado domiciliar;
- Atividades coletivo-comunitárias: Reuniões de planejamento participativas, palestras, campanhas socioeducativas e eventos comunitários;
- Encaminhamentos: Encaminhamento com acompanhamento para benefícios e serviços socioassistenciais ou para as demais políticas setoriais.

O Programa de Atendimento Integral à Família, PAIF, auxilia no alcance dos referidos impactos, pois, no âmbito familiar, o mesmo procura alicerçar a proteção mútua da família e prevenir a ruptura de seus laços, a contar com ações que possibilitem o reconhecimento das especificidades e da condição de sujeito de direitos de todos os integrantes das famílias. Já no âmbito territorial, propõe-se aumentar a capacidade de mobilização social das famílias, através de ações que incentivem a participação política, o protagonismo, a autonomia e o reconhecimento e o acesso a direitos.

1.10.1.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

O SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de uma forma complementar ao trabalho social com famílias que é realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às famílias e indivíduos (PAEFI).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo realiza atendimentos em grupos de criança, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são desenvolvidos todo tipo de atividade sejam elas: artísticas, culturais, de lazer e esportivas, todas voltadas de acordo com a idade adequada dos usuários. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos está voltado para a construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares, o mesmo pode ser ofertado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) ou em outros Centros de Convivência.

O Público alvo são crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoa com deficiência, pessoas que sofrem algum tipo de violência, sejam elas pessoas vítimas de trabalho infantil, crianças fora da escola, jovens em cumprimento de medida socioeducativa além de outras pessoas que estão inseridas no Cadastro único.

O SCFV tem um caráter preventivo e proativo, que está pautado na defesa e afirmação de direitos e no crescimento das capacidades e das potencialidades dos usuários, tendo em vista o alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Devendo ser ofertado de modo que garanta segurança de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de incentivar o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem seu papel complementar ao trabalho social com famílias e indivíduos, sendo o mesmo desenvolvido pelo PAIF, o qual previne as ocorrências de situações de risco social, que tem como fortalecimento a convivência familiar e comunitária junto aos usuários, que estão em conformidade com a previsão da NOB-SUAS. Por essa razão, os usuários atendidos no SCFV podem ser também acompanhados pelo PAIF, em conjunto com outros integrantes do núcleo familiar, cabendo somente à equipe de referência do CRAS avaliar a necessidade da participação do mesmo em outras atividades e/ou serviços socioassistenciais. Desse modo, todas as estratégias utilizadas dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são de extrema efetividade na valorização cultural na construção de projetos de vida e na participação social, entre outras.

1.10.1.3 Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as pessoas idosas está pautado nas características, interesses e demandas dessa faixa etária levando em consideração que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, juntamente com a valorização das experiências vividas organizam formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. As atividades que são desenvolvidas com os participantes, ou seja, indivíduos dessa faixa etária, deve-se incluir vivências essas que valorizem suas experiências e que o estimulem e potencializar a sua capacidade de escolher, decidir, observar, pegar e entre outras vivências que podem ser descobertas no decorrer das atividades.

O SCFV o mesmo se materializa por meio dos grupos, com vistas a estimular e orientar os usuários para que os mesmos tenham seus direitos reconhecidos e que possam lutar pela reconstrução de suas histórias. Ou seja, os encontros dos grupos do SCFV visam criar situações de convivência para que a realização de diálogos e fazeres entre os grupos os quais se constituem em alternativas que darão suporte para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

1.10.2 Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade:

O Serviço da Proteção Social Especial de Média Complexidade é um conjunto de serviços, programas e projetos que contribuem para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários na defesa de direito e na proteção de famílias e indivíduos. O mesmo é destinado às famílias e a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social, ou seja, que tiveram seus direitos violados ou ameaçados sejam eles por meio de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, negligência ou rompimento, fragilização de vínculo ou afastamento do próprio núcleo familiar, dentre outras situações.

Esses serviços desta proteção são executados nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS.

1.10.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI

O mesmo é bastante semelhante ao PAIF, Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família, o PAEFI atende aqueles indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados, mas que, até então, não houve rompimento dos vínculos familiares ou comunitários. Os indivíduos atendidos neste serviço são pessoas encaminhadas pelo Conselho Tutelar ou por outras políticas como, por exemplo, a Saúde, pelo Ministério Público ou até mesmo através de denúncias.

O PAEFI garante atendimento sistemático, continuado e providências necessárias para que seja feita a inclusão da família e de seus membros em todos os serviços socioassistenciais ou em programas de transferência de renda, de forma que qualifique a intervenção e a restauração de direitos.

Os usuários deste serviço são famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de:

- Violência Física, psicológica e negligência;
- Violência Sexual, abuso ou exploração sexual;
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas socioeducativas ou medidas de proteção;
- Situação de rua e mendicância;
- Abandono;
- Vivência de trabalho infantil;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia;
- Outros tipos de violação que são decorrentes de discriminação e submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida sendo os mesmos impedidos de usufruir da autonomia e do bem-estar;

Para que todos os objetivos possam ser alcançados dentro do PAEFI o mesmo desenvolve um trabalho social que é realizado por uma determinada equipe que é composta por profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, psicólogos e advogados. Entre outras atividades, está a identificação das necessidades das pessoas os quais buscam ou são encaminhadas ao CREAS: atenção especializada; orientação sobre direitos; encaminhamento para outros serviços da Assistência Social e de outras políticas, como saúde, educação, trabalho e renda, habitação; orientação jurídica; acesso à documentação, entre outros.

1.10.2.2 Serviço Especializado de Abordagem Social

Este serviço consiste na busca ativa e abordagem social nos territórios com maior vulnerabilidade social. Este serviço proporciona encontrar soluções para as necessidades imediatas dos usuários atendidos e incluí-los na rede de proteção social. O Serviço Especializado em Abordagem Social é ofertado de forma continuada com a finalidade de assegurar o trabalho social de abordagem que identifique a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.

O Serviço Especializado de Abordagem Social poderá ser ofertado no CREAS ou poderá ser ofertado nos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP), conforme avaliação do órgão gestor local.

1.10.2.3 Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida – LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC

O mesmo é destinado a atender adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos que necessitam cumprir com uma determinação judicial, em virtude de algum ato infracional por eles cometido. Tendo como finalidade prover atenção psicossocial e socioassistencial e acompanhamento a estes indivíduos.

O adolescente em medida de Liberdade Assistida (LA) é encaminhado ao CREAS onde será acompanhado e orientado. A Liberdade Assistida pressupõe certas restrições de direitos e um acompanhamento sistemático do adolescente, mas sem impor o mesmo o afastamento de seu convívio familiar e comunitário.

Já a prestação de Serviços à Comunidade (PSC) consiste na realização de atividades gratuitas, por período não superior a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários governamentais.

1.10.2.4 Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas famílias

Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia (BRASIL, 2009).

Sua abrangência tem como finalidade promover de certa forma a autonomia e a inclusão social para que possa garantir a qualidade de vida e o bem estar dos usuários, visando a diminuição da exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador e também da sobrecarga decorrente da situação de dependência na prestação de cuidados prolongados, ou seja, na superação das violações de direitos que fragilizam o indivíduo e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou idosa.

1.10.2.5 Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua

Este serviço é oferecido às pessoas que vivem nas ruas e a utilizam como meio de sobrevivência.

Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida (BRASIL, 2009).

O Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua pode ser acessado de forma espontânea pela pessoa que se encontra em situação de rua a qualquer momento. Pode também ser acessado por encaminhamento do Serviço Especializado em Abordagem Social e por outros serviços da Assistência Social ou de outra política públicas e por órgãos do Sistema Judiciário.

1.10.3 Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

São aqueles serviços que garantem proteção integral-moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário (BRASIL, 2004, p.38)

Os serviços desta Proteção Social Especial de Alta Complexidade buscam atender às famílias e indivíduos que estão em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, que necessitam de acolhimento provisório. O mesmo visa a proteção integral às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social e que estejam com seus vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados.

Os serviços que são desenvolvidos dentro desta proteção são executados em diversos equipamentos sendo eles: Casa Lar, Abrigo Institucional, Família Acolhedora, República, Residência Inclusiva, entre outros.

O Serviço de Acolhimento Institucional se divide nas seguintes modalidades:

- Abrigo Institucional;
- Casa Lar;
- Casa de Passagem;
- Residência Inclusiva;

- Serviço de Acolhimento em República: Sendo este caracterizado pela oferta de proteção, apoio e moradia a grupos de pessoas que são maiores de 18 anos e que se encontram em situação de abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e social e sem condições de moradia e de adquirir seu próprio sustento. O mesmo se apoia na construção e no fortalecimento de vínculos comunitários, juntamente com a integração social e o desenvolvimento que possibilite a auto-gestão de autonomia e independência para esses indivíduos;

- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: Se organiza para atender crianças e adolescentes que são afastados de suas famílias por medida de proteção, seja ela em residência de famílias cadastradas. É previsto na maioria das vezes que a criança retorne à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção;

O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem.

- Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergência: promove apoio e proteção à população atingida que se encontra em situações de emergência e calamidades públicas, tendo como a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades que são detectadas no momento da tragédia.

O serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergência está previsto na Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que é regulamentado pela Portaria do MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013, que como objetivo assegurar as provisões de ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social. Sendo que essas provisões são empregadas na forma de manutenção de abrigos temporários como estratégia de resposta a esse evento.

O público alvo atendido são famílias e indivíduos que se encontram em situações de emergência e calamidade pública sendo essa: incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras, ou que tiveram perdas totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais e que se encontram temporariamente desabrigados e até mesmo pessoas que são removidas de suas áreas, os quais são consideradas situação de risco e que por preservação e determinação de ordem judicial são retiradas do local.

Já no ano de 2011, embora o SUAS fosse realidade em todo o território nacional, ainda não existia uma lei que regulamentasse esse sistema, ou seja, o SUAS era descrito apenas em normas e resoluções. Assim, sentiu-se necessidade de garantir o SUAS por lei, razão pela qual houve uma alteração na LOAS, conforme veremos a seguir.

1.11 BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Os Benefícios Socioassistenciais são vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social onde se organiza os benefícios socioassistenciais que são destinados ao atendimento de indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e até mesmo as pessoas que não possuem meios de arcar por conta própria, ou seja, que enfrentam algum tipo de contingência social que sejam elas provocadas por algum risco social ou econômico. Os usuários que se utilizam desses benefícios são os que perpassam todas as proteções sociais sendo elas: Proteção Básica, Proteção Especial de Média e Alta Complexidade.

A partir da Constituição Federal de 1988, sendo posteriormente regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual foi instituída em 1993, passou a adotar uma nomenclatura dos benefícios tendo como direitos de cidadania, que estão incluídos no campo da Seguridade Social.

A LOAS utilizou como referências dois benefícios os quais são considerados de direito e que estão instituídos legalmente: O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os Benefícios Eventuais (BE). Já os auxílios que são estabelecidos no artigo 22 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e que são completamente regulamentados pela Resolução de nº 12 de 19 de Outubro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social pelo então decreto de nº 6.307, de 14 de Dezembro de 2007, são os auxílios de natalidade e auxílio funeral que se encontram dentro dos benefícios eventuais.

A trajetória e operacionalização dos auxílios de natalidade e dos auxílios funerários, os mesmos percorreram uma longa caminhada juntamente com a política previdenciária até sua mudança para a Assistência Social que ocorreu em 1993. Desde então, a Assistência Social em sua trajetória passou a operacionalizar a concessão desses auxílios.

Com a promulgação da Carta Magna de 1988, o Benefício de Prestação Continuada e os Benefícios Eventuais passaram a compor um rol de benefícios da

Assistência Social, que conforme os princípios da seguridade social em seu tripé. Logo, os benefícios eventuais deixam de ser devidamente os contribuintes da Previdência Social e passam a ser ofertados a quem deles necessitar nos termos da elegibilidade proposta pela Assistência Social.

O Benefício de Prestação Continuada está previsto na LOAS e no Estatuto do Idoso, é provido pelo Governo Federal que é constituído no repasse de 1 (um) salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e a pessoa com deficiência que comprovem não ter meios de suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família. Esse benefício compõe o nível de proteção social básica.

A Transferência de Renda é um programa que visa o repasse direto de recursos dos fundos de Assistência Social as pessoas beneficiárias, sendo uma forma de acesso a renda, que visa o combate à fome, a pobreza e também outras formas de privações de direitos, que levem a situações de vulnerabilidade social abrindo espaço para emancipação e o exercício de autonomia de famílias e indivíduos que são atendidos.

As concessões desses benefícios percorrem toda uma trajetória pública e privada, os quais possuem identificações que são reconhecidas dentro dos direitos socioassistenciais que hoje são providos dentro do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Os benefícios e auxílios que são oferecidos já possuem um histórico de benemerência do Serviço Social, sendo esta a “ideologia de ajuda” em uma visão conservadora.

No entanto, os direitos constituídos na Constituição Federal de 1988 traz consigo um norte de competências, competências essas que possuem um conjunto com a sociedade civil que de certa forma buscam-se materializar práticas que estejam atreladas junto aos cidadãos brasileiros, tendo em vista a regulamentação e reconhecimentos desses direitos que é o foco principal desse trabalho os benefícios eventuais que são elencados como direito dentro da LOAS em 1993. Sendo este o próximo item a ser abordado.

1.12 OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Os Benefícios Eventuais são provisões suplementares e provisórias, que são prestadas aos cidadãos e as famílias que por alguma circunstância se encontram em estado de vulnerabilidade social. Sendo essas circunstâncias: morte, vulnerabilidade temporária ou de calamidade pública, sendo que as mesmas

integram organicamente as garantias do SUAS (Sistema único de Assistência Social).

O Conselho Municipal de Assistência Social, CMAS, é quem regulamenta os benefícios eventuais, os quais são definidos pelos critérios de concessão, por meio da Resolução do CMAS ou da Lei Municipal, que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993).

A requisição dos benefícios eventuais se insere na dinâmica das famílias, que são extremamente empobrecidas e demandantes de recursos materiais em decorrência de trajetórias envoltas às expressões da Questão Social. O mesmo anuncia que as famílias da classe trabalhadora que gozam de acesso à bens e serviços sociais, igualmente apresentam diversas necessidades, que não são cobertas no salário, os mesmos são garantidos por seguros ou uma rede familiar solidária que providencia a solução por dispor de recursos, sendo este o que ameniza os prejuízos acarretados pelas contingências que exageram a normalidade da vida cotidiana.

Os benefícios eventuais encontram-se inscritos no rol de possibilidades das famílias e indivíduos que buscam de qualquer forma satisfazer suas necessidades cotidianas de sobrevivência e que comumente requisitados individualmente e coletivamente, os mesmos ultrapassam renomeados critérios de elegibilidade. Sendo assim, convém resgatar o entendimento e o significado dos instrumentais técnico-operativos que fazem parte do exercício profissional do Serviço Social, especialmente, acerca de estudos sociais e socioeconômicos.

A prestação desses benefícios está ligada à esfera de competência de cada município, ou seja, a concessão e o valor desses benefícios são instituídos por cada município e Distrito Federal os quais são previstos na Lei Orçamentária, que sejam assim considerados prazos e critérios os quais são estabelecidos pelos Conselhos de Assistência Social.

Considerando que as provisões que estão direcionadas aos programas, projetos, serviços e benefícios os mesmos, querendo ou não, estão vinculados a Saúde, Educação e nas demais políticas existentes.

Os principais serviços, benefícios, programas e projetos que podem ser realizados estão referenciados no território de abrangência que é o CRAS:

- Serviços: socioeducativo e com famílias;

- Sócio comunitário;
- Reabilitação na comunidade, outros;
- Benefícios;
- Transferência de renda (PBF- Programa Bolsa Família);
- Transferência de renda (outros);
- Benefícios de Prestação Continuada (BPC);
- Benefícios eventuais – Assistência em espécie ou material- (cesta básica, auxílio funeral, entre outros);
- Programas e projetos;
- Capacitação e promoção da inserção produtiva;
- Promoção da inclusão produtiva para beneficiários do PBF e BPC;
- Projetos e programas de enfrentamento a pobreza, a fome, a violência e outras expressões da Questão Social.

Entende-se por serviços assistenciais todas as atividades continuadas que visem à melhoria e a qualidade de vida da população, sendo suas ações voltadas para as necessidades sociais que observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei.

Os programas de Assistência Social compreendem que são ações integradas e complementares que contêm como objetivos, tempo e área de abrangência definidas para se qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Os projetos existem para que sejam utilizados para o enfrentamento da pobreza e que seja compreendido a instituição de investimento econômico-social, buscando subsidiar, financeiramente e tecnicamente, as iniciativas que garantam seus meios de capacidade produtiva e de gestão, para que os mesmos tenham melhorias nas suas condições gerais de subsistência, elevando assim o padrão de qualidade de vida e a preservação do meio ambiente e sua organização social e econômica.

1.13 ESTRUTURA DO SUAS NA CONTEMPORANEIDADE

A implantação do SUAS, como um Sistema Único da Assistência Social, possui uma organicidade entre seus serviços, benefícios, programas e projetos, uma articulação com suas ações as quais estão interligadas com a união de estados e

municípios, ou seja, estão totalmente interligados no âmbito da Política de Assistência Social e outras políticas.

Hoje a mesma se estrutura da seguinte forma:

- Assistência Social: Política Pública que organiza os níveis de proteção;
- Sistema: Sistema Único de Assistência Social, SUAS, que operacionaliza e organiza a política Nacional de Assistência Social;
- Proteções Social: vejamos as proteções como objetivos: a Proteção Social Básica está voltada para os direitos assistenciais dos brasileiros. Já a Proteção Social Especial está voltada para casos mais graves como por exemplo: violação de direitos etc.

Ou seja, cada proteção abrange um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios.

- Proteção Básica: Conta com diversos equipamentos que se concretizam o direito assistencial sendo este estabelecido no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
- Proteção Especial: Atividades voltadas para famílias que tiveram seus vínculos fragilizados ou direitos violados, composta por serviços, programas, projetos e benefícios específicos para cada situação vivenciada pelos usuários;
- Benefícios Socioassistenciais: Os benefícios socioassistenciais são voltados às famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e até mesmo as pessoas que não possuem meios de arcar por conta própria esses usuários que necessitam desses benefícios são os que perpassaram todas as proteções sociais;
- Programas e projetos socioassistenciais: Destinam-se a complementar o trabalho desenvolvido por meio dos serviços socioassistenciais. Tem como principal finalidade abordar temas específicos durante o desenvolvimento das ações dos serviços, ou seja, durante o acompanhamento realizado com famílias e indivíduos;
- Legislações que regulamentam o SUAS: Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993 e Lei 12435/2011), PNAS/2004, NOB/SUAS 2005 e NOB/RH 2006, entre outras.

Pode-se afirmar que hoje os Benefícios Eventuais possuem parâmetros que são normativos e políticos que podem ser identificáveis com o conteúdo e objetivos da LOAS e da PNAS e SUAS/2004. O avanço até agora conquistado por si só reclama o aprofundamento da compreensão dos benefícios no contexto das diversas relações que organicamente são estabelecidas entre os instrumentos de proteção da política pública e de Assistência Social entre as demais políticas públicas que sejam elas sociais e econômicas.

No capítulo a seguir apresentaremos a profissão de Serviço Social e o impacto dos benefícios eventuais no cotidiano dos usuários, os quais tiveram presença fundamental, em relação aos benefícios eventuais da Política de Assistência Social no município de Lebon Régis - SC.

CAPÍTULO II

2 A REFLEXÃO DA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Antes de iniciarmos a reflexão sobre a questão da atuação profissional do Serviço Social na Secretaria de Assistência Social Trabalho e Renda em Lebon Régis - SC é preciso ter entendimento como as políticas sociais são executadas no município. Como já mencionado anteriormente, a administração do SUAS para a descentralização de suas ações entre os entes federativos e a parcela de contribuição juntamente com Estados e Municípios o mesmo vêm recentemente colocando novos desafios aos profissionais de serviço social. Segundo Yamamoto (2009, p.20) “um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.” Sendo assim, a atuação profissional está interligada as múltiplas expressões da questão social contemporânea e ao exercício dos benefícios eventuais, ou seja, a mesma se encontra inserida no contexto do mercado de trabalho, onde o trabalhador assalariado deste modo se vê como vendedor de sua própria força de trabalho.

O profissional Assistente Social não dispõe de todos os meios de forma autônoma para realização do seu trabalho, ou seja, insere-se em uma relação limitada de autonomia no interior das instituições. A referente autonomia que é introduzida também na atuação profissional do Serviço Social na Secretaria de Assistência Social Trabalho e Renda em Lebon Régis - SC é fruto de relações antagônicas existentes na sociedade, ou seja, propicia respostas aos desafios profissionais como uma visão messiânica de possibilidades para execução de ações criativas, renovadoras e éticas que possam dar resultados materializados.

A atuação profissional do Assistente Social no município de Lebon Régis - SC traz para o Serviço Social como profissão de caráter interventivo que está inserido na divisão social e técnica do trabalho, novos desafios referentes à busca da autonomia do profissional Assistente Social no interior das instituições. À dimensão em que o Serviço Social se insere em instituições e que o mesmo não compartilha do mesmo projeto profissional, como por exemplo, o projeto ético-político.

Tendo em vista as diferentes compreensões acerca da questão social, entende-se que seu significado é indissociável do processo de acumulação e dos

efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras (IAMAMOTO, 2012). Compartilhando a ideia da autora, Netto (2001) afirma que a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Diante disso, compreende-se que a referida questão está intimamente relacionada ao sistema de produção capitalista, o qual engendra as desigualdades sociais.

A questão social tem sua gênese, portanto, no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, caracterizando, dessa forma, a lei geral da acumulação capitalista. Contudo, esta questão não se refere somente às desigualdades sociais geradas por essa lei, mas refere-se, também, à resistência da classe trabalhadora, adquirida através de sua consciência de classe, ingressando, assim, no “cenário político da sociedade”, como considera lamamoto (2012).

Assim como cita lamamoto (2014, p.140) “é necessário investir esforços coletivos na identificação de algumas perspectivas, para a defesa do projeto político-profissional, da qualidade dos serviços sociais prestados em respeito aos cidadãos que a eles tem acesso”. Portanto, no reconhecimento da autonomia, emancipação e protagonismo na plena expansão dos sujeitos sociais, reforçam-se práticas que visem democratização do acesso aos direitos.

Para que este projeto seja materializado e tenha êxito sobre os seus objetivos, os quais pretendem ser alcançados, devemos traçar condições básicas de comportamento que deverão ser baseados em algumas premissas, o qual pode citar o Código de Ética do Assistente Social, o Projeto Ético-político e o comprometimento com a teoria social crítica para não sucumbir a pequenos erros que comprometam os avanços alcançados ao longo da trajetória profissional e sem corromper possíveis avanços de um novo projeto societário.

2.1 A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Com o surgimento das primeiras fábricas e o fim do período medieval houve uma grande migração das pessoas que moravam no campo para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida.

Surgiram, nesse período, as ideias liberais, que defendem a não intervenção do Estado na economia, alegando que a mesma é regulada pela lei de oferta e procura. Com o liberalismo foram surgindo os primeiros capitalistas, então quem passa a deter o poder não é mais a Igreja ou o Estado, mas sim quem detém

os meios de produção, a classe que ficou conhecida como burguesia. Sendo assim, houve uma nova divisão entre a população: de um lado os capitalistas, de outro os trabalhadores.

O surgimento destas duas classes resultou em um intenso conflito, onde cada um defende seus interesses. O conjunto de problemas causados por este conflito ficou conhecido como “questão social”.

Com o crescimento das fábricas houve uma divisão do trabalho, ou seja, foram criados meios para produzir e organizar a produção, sendo que os mais conhecidos são os modelos taylorista, fordista e toytista. A partir desta nova maneira de produzir, o trabalhador se especializou em apenas uma tarefa e passou, não mais, a conhecer todo o processo de produção, sendo assim o trabalho se tornou cansativo, repetitivo e alienante.

A ideia de acúmulo de bens ganhou força e as duas classes se distanciaram gradativamente, acirrando as expressões da questão social. O trabalhador passou a ser explorado, chegando a trabalhar até 14 horas diárias.

As empresas não conseguiram absorver toda a mão de obra disponível provinda do êxodo rural, estes trabalhadores foram se instalando as margens dos centros industriais, formando grandes bolsões de pobreza, o que resultou no acirramento ainda maior das expressões da “Questão social”, causando uma grande transformação societária.

Com a inclusão da tecnologia e da robótica nas indústrias, o desemprego aumentou expressivamente, por outro lado, os trabalhadores passaram a se organizar, formando sindicatos e lutando por seus direitos e por melhores condições de vida. Intensos movimentos sociais brotaram em meio à realidade de uma sociedade injusta, exploradora e totalmente instável.

Na tentativa de evitar mais revoluções e assistir a classe proletária, o Serviço Social foi institucionalizado como profissão na Europa, no final do século XIX, sendo que a primeira escola de Serviço Social europeia foi fundada em Amsterdã, Holanda, no ano de 1899. Neste mesmo ano, em Nova York, EUA, foi fundada o que se chamava de Escola de Filantropia Aplicada, posteriormente incorporada pela Universidade de Columbia e denominada Escola de Trabalho Social (MARTINELLI, 1989).

Em 1908 surgem escolas de Serviço Social na Alemanha e na Inglaterra, logo em seguida, em 1911, é fundada a escola de Paris, França. Após a fundação da

escola de Paris foram sendo criados núcleos associativos de Assistentes Sociais católicos, que refletiam sobre a questão social, a doutrina da Igreja e suas implicações na prática profissional. Em 1913 é fundada mais uma escola de Serviço Social em Paris, porém de orientação protestante.

Os núcleos associativos de Assistentes Sociais católicos se multiplicaram na Europa e repercutiram, inclusive, na criação das primeiras instituições católicas brasileiras.

Com a implementação das políticas sociais públicas, vão surgindo as instituições sociais, as quais são definidas como uma estrutura relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas, tendo como objetivo satisfazer as necessidades sociais básicas da população.

Segundo Ogburn e Nimkoff (1971, p.491): “as instituições sociais são um dos diversos tipos de organização social. Como todas organizações, constituem sistemas sociais.”

As características das instituições sociais são: Finalidade (satisfação das necessidades sociais); Conteúdo permanente (padrões, papéis); Estruturada (coesão entre componentes); estruturada unificada (cada instituição funciona como uma unidade); possuem valores (código de conduta).

Todas devem ter função e estrutura e podem ser espontâneas como a família, criadas como as empresas, regulativas como o estado, e operativo, como os departamentos estaduais. Seus principais exemplos são: família, igreja, estado, empresas e escolas.

Mudanças nas práticas sociais acarretam mudanças nas instituições sociais existentes, dando origem a novas instituições. Assim fica visível a importância das instituições sociais para todas as camadas da população. É difícil de se encontrar um membro da sociedade que não faça parte de uma instituição, se esse membro não está conseguindo se adaptar na sociedade em que vive, cabe ao Serviço Social encontrar uma maneira de adequá-lo.

O papel do Serviço Social diante as expressões da questão social, é vinculado fundamentalmente a efetivação das políticas sociais públicas, garantindo e defendendo os direitos dos cidadãos. O Serviço Social é uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.662 de 17/07/1993 e que possui um Código de Ética

Profissional dos Assistentes Sociais, aprovado em 15 de março de 1993, tendo 11 princípios fundamentais que norteiam a ação profissional:

A profissão de Serviço social teve na década de 1965 sua história marcada pelo movimento de reconceituação latino americano. Esse movimento buscou procurar buscar uma resposta que atendesse as demandas expressadas em nossa sociedade, o qual trouxe de certa forma uma mudança significativa na profissão. Esse movimento emerge em meio a ditadura militar nos anos 1964, quando se deu abertura democrática do país, tendo assim as três perspectivas modernizadoras que ocorreram nesse processo de reconceituação: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, que são meramente importantes na trajetória do Serviço Social Latino Americano

O processo de renovação do Serviço Social rejeitava o então tradicionalismo e todas as suas práticas as quais eram utilizadas em uma visão fragmentada que possuía algumas metodologias sendo elas: o caso, grupo e comunidade. Sendo que mais tarde houve sua renovação utilizando-se do pluralismo e com sua teoria, o ideológico e político. Diante dessa abordagem vejamos a seguir as três perspectivas que foram oriundas no processo de Reconceituação da profissão de Serviço Social.

Modernizadora: a mesma procurava moldar a profissão enquanto instrumento de intervenção. Essa perspectiva percorreu durante os anos de 1967 até meados de 1970, sendo que esta vertente se definia como incorporação de abordagens as quais sejam elas funcionalistas, estruturalistas, sistêmicas e positivistas que eram direcionadas para a modernização conservadora, ou seja, com uma mentalidade fechada.

Através dessa vertente o Serviço Social buscou a melhor forma de melhorar o sistema o qual estava presente nessa época, buscando enfrentar a pobreza e o ajustamento dos sujeitos sociais. Sendo assim essa vertente se encontra no documento de Araxá (1967) e Teresópolis (1970).

Reatualização do Conservadorismo: O mesmo veio para reatualizar o Serviço Social, ou seja, o mesmo resgatava os principais aspectos que eram encontrados na gênese da profissão. Todas as metodologias utilizadas pela profissão de Serviço Social eram baseadas na fenomenologia, ou seja, foi por meio dessa vertente que o Serviço Social recuperou o conservadorismo histórico da profissão de Serviço Social. Essa vertente está registrada nos documentos de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984).

Intenção de Ruptura: Essa Intenção de Ruptura surgiu para romper com o conservadorismo, essa vertente surge em meados de 1972 e vai até 1979 quando ocorreu com o Congresso da Virada, o (III Congresso de Assistentes Sociais do Brasil). Essa vertente tem como base as ideias principais sendo elas marxianas e marxistas, ou seja, transformando profundamente a identidade da Profissão de Serviço Social. Sendo assim buscava formar um Serviço Social que fosse efetivo na garantia de direitos e de cidadania dos indivíduos, que contribuísse na consolidação de um sistema menos desigual, negando a prática clientelista, empirista, paliativa e burocratizada, que antigamente era parametrada por uma ética liberal burguesa o qual consistia apenas em sua correção de resultados que sejam elas psicossociais considerados negativos ou indesejáveis.

Com toda essa transformação somente na década de 1980 que então o desgaste militar começa a ter novos contornos, ou seja, essa década representou um grande movimento de conquistas democráticas, que depois passado mais ou menos vinte anos de regime militar, a democracia tomou um novo rumo e, em 1985 a ditadura militar chega ao fim e só a partir daí que se iniciam as eleições. Diante disso os movimentos sociais ganharam ainda mais força, pois passaram a se organizar em sindicatos o que fortalecia ainda mais as demandas as quais eram apresentadas, ou seja, a luta pela igualdade e pelo direito se acirrava cada vez mais.

Logo após o fim da ditadura militar, ocorrido na década de 1980, e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Serviço Social Brasileiro percorreu profundas transformações que foram oriundas do processo de reconceituação da profissão, que foi iniciado na década de 1970. Acompanhando as transformações do país a profissão de Serviço Social necessitou de uma nova regulamentação, sendo esta criada, em 1993, a Lei nº 8.662, que regulamenta a profissão.

2.2 A QUESTÃO SOCIAL ENQUANTO OBJETO DE TRABALHO

O Serviço Social tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, o objetivo dos profissionais Assistentes Sociais nada mais é do que conhecer o objeto e transformá-lo. A “questão social” não é vista de forma concreta, o que é visto de forma concreta são as diversas expressões que surgem em meio ao confronto do capital e trabalho. Podemos exemplificar como expressões a fome o desemprego, alcoolismo, falta de condições dignas de vida, saúde e educação.

Sendo assim, a questão social se apresenta em sua categoria onde a mesma se expressa dentro das desigualdades sociais as quais são geradas pelo modo de produção capitalista. Diante do Serviço Social como profissão que possui sua regulamentação o mesmo compõe-se de uma ordem monopólica e clássicas juntamente com ações religiosas que possuem sua marca messiânica e filantrópica.

Ou seja, passa então a analisar o que realmente se compete e se apreende no Serviço Social no âmbito da questão social. O Serviço Social de caráter sociopolítico, crítico e interventivo tem como objeto da profissão as expressões da questão social, fome, miséria, violência e desemprego etc. O Serviço Social busca a garantia, ampliação e efetivação dos direitos sociais através das políticas sociais, que asseguram a cidadania a dignidade humana e justiça social, numa perspectiva de proteção, e inclusão social do usuário, bem como a precaução de circunstância de risco os quais se expõem como expressão da questão social.

Tradicionalmente, o Serviço Social instaurou-se como profissão que exerce seu trabalho no enfrentamento das desigualdades sociais. O Serviço Social tem desenvolvido sua prática profissional que está voltado ao enfrentamento das expressões da questão social, sendo ela enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, passando a ganhar sentido na sociedade brasileira, tendo sua lógica principal neodesenvolvimentista o qual busca novas formas de lidar com o enfrentamento frente à questão social.

Segundo Yamamoto e Carvalho (2011, p. 83-84), a questão social pode ser entendida como:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Dessa forma, a questão social se constitui elemento fundamental para compreensão do papel da profissão de Serviço Social. Para a autora Yamamoto (2011) o mesmo estabelece como o objeto de trabalho do Serviço Social, suas múltiplas expressões que são utilizadas como alicerces para o trabalho do profissional Assistente Social o qual se baseia na fundação da profissão como especialização do trabalho através da prestação de serviços socioassistenciais.

2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social até então era tido como uma forma de controlar a população e evitar revoluções, possuindo um caráter conservador e tradicionalista. Caráter este que acompanhou a profissão até meados da década de 1960, quando fortes questionamentos foram levantados por parte dos profissionais de Serviço Social, iniciando, neste momento, o Movimento de reconceituação do Serviço Social.

O Serviço Social se apresenta como uma profissão que está profundamente associada à história da sociedade, pois a profissão precisa se modificar conforme as conjunturas sociais que tomam novos direcionamentos. Sendo assim, nas décadas de 1950 a 1960, o Assistente Social é preparado como mão-de-obra fundamental que é capaz de colocar em prática os programas sociais, com grande êxito na realização do modelo desenvolvimentista o qual foi assumido pelo país. Já em meados da década de 1960, na América Latina, nota-se a incapacidade da proposta desenvolvimentista, sendo que logo em seguida nasce a proposta de transformação da sociedade, onde são questionados a metodologia, os objetivos e os conteúdos necessários para a formação profissional, como resultado, muitas escolas em crise ideológica.

É o que afirma Iamamoto (2005, p. 11), sendo que quando o mesmo se refere ao projeto ético-político quanto à sua atualização aos novos tempos e, dessa forma, contribuir para a “construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceira da equidade e da liberdade”. Luta para o enfrentamento da questão social, o profissional precisa ser comprometido com a justiça social e fazer da sua prática uma maneira de ampliar o acesso dos indivíduos, aos direitos sociais.

2.4 PROJETO ÉTICO POLÍTICO DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

O projeto ético-político da profissão de serviço social na atualidade é um projeto hegemônico, pois tem direção e consenso da maioria dos profissionais. Esse projeto é constituído pelas ações profissionais que buscam a liberdade, a justiça social, a efetivação da democracia e a superação da ordem social burguesa, que explora o ser humano.

Reconhecendo um projeto profissional com um projeto coletivo que evidencia os anseios, os sonhos, os ideais, objetivos dos profissionais para a categoria profissional para a sociedade.

O projeto ético-político da profissão de Serviço Social é um processo contínuo que contém desdobramentos em seu núcleo tendo como reconhecimento a total liberdade de justiça social carregada de valores que pressupõe a equidade e a democracia. Ele é ético porque se compõe de princípios valorativos e que guiam as atitudes dos profissionais, os quais direcionam o exercício profissional. Ele é político porque não é neutro. Assume uma posição que é política diante da categoria profissional, dos homens e sociedade.

O Projeto Ético-político se materializa nas diretrizes curriculares de 1996, lei 8.662/93 que regulamenta a profissão. O mesmo constituiu num parâmetro de ações dos profissionais que anseiam a liberdade, a justiça social, a efetivação da democracia e a superação da ordem social burguesa.

Sendo assim, o projeto ético-político da profissão de Serviço Social se vincula sobre a perspectiva de intenção de ruptura, sendo oriunda no processo de reconceituação da profissão, ou seja, o projeto ético-político profissional trata-se de uma projeção coletiva que engloba os sujeitos individuais e coletivos. Visto que na vida social, existem projetos individuais, coletivos e societários, como observa Netto (1999, p. 95):

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas também, e destacadamente, o Estado, ao qual coube, historicamente o reconhecimento dos estatutos profissionais).

Percebe-se que, baseando-se nos princípios do Código de Ética Profissional, juntamente com os princípios constitucionais e dimensões constitutivas, quando o profissional realiza seu trabalho com seriedade e competência, o mesmo consegue auxiliar na transformação da vida do indivíduo. Assim, podemos afirmar que o Assistente Social, por meio de sua atuação, acaba despertando no usuário novas aspirações fazendo com que ele assuma uma nova postura diante da vida, seguindo um novo rumo e modo de viver, tendo como valores fundamentais a dignidade, cidadania e autonomia, fazendo uso de seus direitos e desenvolvendo um senso crítico e se tornando um cidadão consciente.

O Projeto Ético-político da profissão de Serviço Social implica na competência e aprimoramento intelectual, formação acadêmica qualificada, análise concreta da

realidade (ontológica e socio histórica), autoconfiança permanente e postura investigativa.

2.5 CÓDIGO DE ÉTICA DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

O Código de Ética Profissional é o conjunto de normas de conduta que são postas em prática no exercício da profissão de Serviço Social. A ética profissional refere-se à relação do profissional com os usuários dos serviços com o público, com seus colegas de profissão, com as demais profissões, com a instituição em que está inserido e com a sociedade em geral. É composta por um conjunto de comportamentos, crenças e valores que fazem possível a convivência humana interpessoal.

Sendo assim, o Código de Ética de 1993 demonstra o amadurecimento da categoria profissional, assegurando a fiscalização profissional com possibilidades concretas de intervenção, definindo com maior precisão as competências e atribuições privativas do assistente social e reconhecendo formalmente o CFESS – Conselho Federal de Serviço Social e os CRESS – Conselhos Regionais de Serviço Social.

O Código representa a dimensão ética da profissão, tendo caráter normativo e jurídico, delinea parâmetros para o exercício profissional, define direitos e deveres dos assistentes sociais, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados. Ele expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia em seus princípios fundamentais o compromisso ético-político assumido pela categoria (CFSS, 1993).

O Código de Ética de 1993 estabeleceu como princípios fundamentais:

- O reconhecimento da liberdade;
- A defesa intransigente dos direitos humanos;
- Ampliação e consolidação da cidadania;
- Defesa e aprofundamento da democracia;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social;
- O empenho na eliminação de toda e qualquer forma de preconceito;
- A garantia do pluralismo e do compromisso profissional;
- A opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária;
- A articulação com movimentos de outras categorias profissionais;

- O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual;
- O exercício do Serviço Social sem discriminar ou ser discriminado (CFSS, 1993).

Este Código está em vigor até os dias atuais e se constituiu como orientador das ações desenvolvidas pelos profissionais de Serviço Social.

2.6 AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

As dimensões constitutivas da profissão de Serviço Social jamais poderão ser desenvolvidas separadamente, pois pode correr um sério risco de voltar a exercer o que foi colocado no passado tradicional que era o Serviço Social Tradicional Conservador.

- A primeira dimensão é a dimensão Teórico–Metodológica: O profissional de Serviço Social terá de se qualificar continuamente para que seja capaz de responder todas as demandas, realizar de forma profunda uma análise de conjuntura, ou seja, o profissional de Serviço Social deverá conhecer o além da realidade social;
- A segunda dimensão é a dimensão Ético–política: Que diz que o Assistente social não deve ser um profissional neutro, ou seja, se ele ficar neutro perante uma situação de injustiça automaticamente assumirá um posicionamento em favor do opressor. Esta dimensão proporciona ao Assistente Social a possibilidade para que entenda e discuta determinados valores que serão posicionados;
- A terceira dimensão é a dimensão Técnico–operativa: Ele nos ensina que o agir profissional deve usar de um verdadeiro conjunto de técnicas de intervenção, que nada mais é o domínio, ou seja, desenvolver ações junto aos usuários onde atuaremos.

2.7 INSTRUMENTAIS TÉCNICOS OPERATIVOS

Cada profissional possui suas técnicas e meios para realizar seu trabalho, o processo de trabalho do Assistente Social se dá através da mediação do acesso e da garantia aos bens e serviços indispensáveis para a população das classes sociais subalternizadas.

Para que a operacionalização dos processos de trabalho do Assistente Social se torne possível, se faz necessária a utilização de planejamento, ação, técnica e dos instrumentais técnicos operativos da profissão.

A utilização dos instrumentais técnicos operativos, na prática profissional do Assistente Social, é essencial, uma vez que o Assistente Social necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas para o seu exercício profissional.

Os instrumentais técnicos operativos são como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional (MARTINELLI, 1994 p. 137).

Guerra (2005) afirma que a instrumentalidade é uma propriedade sócio histórica da profissão, que possibilita o atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais), constituindo-se numa condição concreta de reconhecimento social da profissão.

A utilização dos instrumentais técnicos operativos do Serviço Social, durante o período de estágio, é indispensável, pois o uso destes instrumentais são o direcionamento do graduando para que o mesmo possa desenvolver uma ação que esteja fundamentada e que contribua para sua formação profissional.

Durante a realização do Estágio Curricular Obrigatório de Serviço Social, foram utilizados os seguintes instrumentais técnicos operativos

2.7.1 Entrevista

É um dos meios que o Assistente Social utiliza para realizar o seu fazer profissional, o qual garante a aproximação entre ele e o usuário possibilitando um processo de desconstrução, construção e reconstrução da problemática vivenciada pelos usuários.

A entrevista pode ser entendida como um espaço de escuta sensível, onde o profissional utiliza de toda a sua habilidade, conhecimento e experiência para compreender a realidade do usuário com quem está trabalhando para que se estabeleçam vínculos que levem a identificação de possíveis objetos de intervenção.

A entrevista tem como finalidade o objetivo em colher informações sobre o usuário. A entrevista deve ser centralizada no usuário e é necessário que ele participe ativamente no processo, sendo que o Assistente Social deve assumir uma posição de mediador, de quem quer escutar e não de quem sabe tudo e tem a solução pronta para qualquer situação. A responsabilidade do Assistente Social em

uma entrevista é conduzi-la, favorecendo o relacionamento interpessoal e concedendo espaço para o usuário.

Uma entrevista pode ser classificada em:

Estruturada, que possui um questionário pré-estabelecido e o entrevistador não pode modificá-lo.

- Não estruturada, que oferece autonomia para o entrevistador conduzir a entrevista e formular as perguntas de acordo com a situação apresentada, não há um roteiro a ser seguido;
- Semiestruturada, a qual possui um questionário pré-estabelecido, porém o entrevistador tem autonomia para modificá-lo conforme a situação apresentada.

As entrevistas também se diferem entre si conforme o conteúdo e o nível de intervenção, podendo ser divididas em quatro tipos:

- Entrevista de ajuda, visa capacitar o usuário para que reconheça, sinta, compreenda e decida mudar aquilo que ele mesmo já desejava profundamente, porém, sozinho, não encontrava maneiras para que fosse possível esta mudança;
- Entrevista como prática de caráter reflexivo, que visa à socialização de informação, buscando levar o usuário a refletir sobre o meio em que está inserido e buscar alternativas para mudança de sua própria realidade, tendo em vista que o conhecimento, em algumas situações, é inacessível, em virtude, principalmente, da inserção que determinados seguimentos da população tem na realidade social;
- Entrevista de triagem, utilizada para inserção dos usuários nos serviços, tem como objetivo verificar critérios de elegibilidade. O profissional deve ter bem claro na mente qual o real propósito deste tipo de entrevista, por exemplo: “quem mais precisa da cesta básica?”
- Entrevista de avaliação socioeconômica, que, como o próprio nome já diz, é utilizada para avaliar a situação socioeconômica do usuário ou da família atendida.

A entrevista possui cinco etapas básicas: o acolhimento, a apresentação do contexto e do problema, a identificação do objeto de intervenção profissional, o desenvolvimento e o encerramento. O espaço onde se realiza uma entrevista deve ser tranquilo, garantir privacidade e deve-se evitar qualquer interrupção. O tempo da entrevista deve ser de 15 minutos a uma hora.

É essencial que o usuário seja compreendido, sendo que para isso se faz necessário que o assistente social esteja disposto a questionar sua estrutura interna de referência e adotar a do usuário. A compreensão exige o uso de uma habilidade indispensável: saber ouvir.

O uso de anotações no processo de entrevista se faz necessário, sendo que não se pode confiar inteiramente apenas na memória. Precisa-se das anotações para lembrar a execução do planejamento da ação, para discutir as intervenções com o grupo de trabalho ou mesmo para supervisão, garantindo, assim, uma documentação confiável.

Alguns profissionais sentem-se mais confiantes ao realizar anotações durante a entrevista, outros preferem fazer todo o relato após a entrevista, o importante é garantir o aspecto ético e confidencial da mesma, evitando que o entrevistado se sinta inibido e não relate aspectos que poderiam ser importantíssimos na definição do objeto de intervenção ou na compreensão de sua realidade.

2.7.2 Reunião

As reuniões são espaços coletivos que têm por objetivo estabelecer uma reflexão sobre determinado tema, pode ser realizada sempre que uma decisão precisa ser tomada e não pode ser individualmente.

As reuniões são frequentes no Serviço Social, assuntos como a operacionalização de um projeto, de um plano, que rumos tomar, a organização de uma conferência e outros, são tratados em reuniões interdisciplinares.

Ao convocar, ou ser convocado para uma reunião, deve-se saber quais temas serão abordados e quais áreas de conhecimento se envolverão. Estabelecer a data, o local e o horário. Lembrando que o local deve ser uma sala fechada, onde não haja interrupções e nem barulho externo.

É necessário que você saiba sobre o assunto, para isso deve-se pesquisar antes, buscar entender as peculiaridades do que será tratado na reunião. Estando bem preparado, você passará segurança quando falar sobre o assunto.

Também se deve prestar atenção quando os outros estiverem falando, respeitando a opinião dos colegas e, caso não concorde, contradizendo-o de maneira polida e educada.

É importante ao participar de uma reunião sempre portar um bloquinho de anotações, onde se escreve tudo o que julgar importante, também se deve adotar

uma postura séria, discreta e de comprometimento, se vestindo de maneira correta, olhando para quem fala e evitando tirar a atenção dos demais participantes.

Uma dica para quem vai participar de uma reunião é que chegue pelo menos com 5 minutos de antecedência e que sempre seja objetivo quando for falar.

A reunião pode ser classificada de três formas:

- Informativa: apresentar ideias, informações, deve ser no menor tempo possível;
- Consultiva: reunir e solicitar conselhos e sugestões;
- Participativa: tomar decisões e analisar fatos.

2.7.3 Estudo Social

Processo metodológico específico do Serviço Social que tem por finalidade conhecer profundamente e de forma crítica uma determinada situação, realidade ou expressão da questão social. O estudo social é realizado *in loco* e consiste numa investigação sistemática na qual se coleta dados sobre determinada situação, sendo que, a partir dele, o assistente social emitirá seu parecer profissional, através da interpretação dos dados coletados e de referencial teórico exigido para tal.

O estudo social é realizado a partir de um instrumental definido pelo Assistente Social, para cada caso particular. A razão de se construir um estudo social varia conforme cada caso. Os objetivos e finalidades do estudo social se reportam, primeiramente, ao projeto ético-político e teórico metodológico da profissão e, secundariamente, a natureza e aos determinantes institucionais.

Para a construção de um estudo social, o profissional se utiliza de vários outros instrumentais como, por exemplo, a visita domiciliar, a observação, a entrevista, a pesquisa documental e bibliográfica, entre outros.

Na elaboração de um estudo social deve-se observar o objetivo pelo qual ele foi solicitado, organizando-o dentro do teor exigido pelo requerente. O estudo social deve conter os aspectos mais pertinentes da análise, facilitando a visualização dos dados que darão sustentação para o parecer.

A partir do estudo social, se constrói uma verdade a respeito da população usuária dos serviços assistenciais, sendo que o estudo social contribui para a definição do futuro de crianças, adolescentes, idosos e de famílias, à medida que é utilizado como um dos subsídios para decisão acerca da concessão ou não de

benefícios, inclusão ou não nos programas sociais ou, mesmo, como prova para embasar decisões judiciais.

2.7.4 Observação

A observação é o ato de aplicar, atentamente, os sentidos a um objeto para que dele seja adquirido um conhecimento claro e preciso.

Observar não é simplesmente olhar, mas sim, destacar de um conjunto algo específico, nada mais que prestar a atenção em suas peculiaridades e particularidades, indo além do que está explícito à primeira vista.

A observação é o ponto de partida para todo o procedimento científico no estudo de problemas, fenômenos e fatos.

Ao observar, individualiza-se ou agrupam-se fenômenos, dentro da realidade que é indivisível, para que, assim, seja possível descobrir aspectos aparências mais profundos, até captar sua essência numa perspectiva específica e ampla, formada ao mesmo tempo por contradições, dinamismo, relações e outros.

Existem dois tipos de observação: sistemática (mais utilizada em fórum), que é planejada, estruturada e controlada, levando em considerações objetivas e propósitos definidos e livre/assistemática que é não estruturada, sem controle anteriormente elaborado e sem instrumental preestabelecido.

2.7.5 Visita Domiciliar

Prática profissional investigativa de aproximação da realidade do usuário, realizada pelo profissional, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar, permite observar *in loco* o que foi relatado em entrevista, na instituição.

Este instrumental possibilita conhecer e acompanhar o desenvolvimento do sujeito social, permitindo uma maior aproximação da realidade nua e crua do usuário e mostrando como ele realmente vive.

O objetivo da entrevista é conhecer e analisar as condições e modos de vida dos usuários e aprender aspectos do cotidiano de suas relações. A visita domiciliar aproxima a instituição com a realidade sócia econômica do sujeito social e permite ao profissional o maior número de possibilidades para entrar verdadeiramente na vida do usuário.

Durante a realização de uma visita domiciliar, outros instrumentais técnicos operativos se fazem presentes, como por exemplo: observação, entrevista, abordagem e outros.

Em visita domiciliar é importante que o profissional utilize uma linguagem informal, conforme a do usuário, estabelecendo um diálogo tranquilo e aberto. Também se deve respeitar a privacidade do usuário e não ser autoritário, tendo em vista que ele é um sujeito dotado de direitos e o profissional não está ali para controlá-lo ou manipulá-lo.

2.7.6 Análise de Conjuntura

É uma leitura crítica e profundada diante da realidade, que se faz sempre em função de uma finalidade, procurando desvendar o real, penetrando nas suas tramas constitutivas, identificando relações de força que aí se processam e identificando o fundamento crítico dessas relações.

A mesma é uma montagem de um retrato dinâmico, ou seja, movimentado da realidade social, o qual tem por objetivo o aprofundamento e o conhecimento de determinada situação. Há duas condutas de se fazer uma análise de conjuntura: a primeira sendo ela, do ponto de vista do poder dominante e do ponto de vista dos movimentos populares das classes subordinadas, ou seja, uma análise de conjuntura vai além das aparências, o qual vem buscando a essência do real, ou seja, o mesmo é essencial para a atuação profissional, uma vez que se deve fundamentar a intervenção em princípios sólidos e consistentes, então a análise de conjuntura ela busca identificar as causas das situações atendidas, as quais são caracterizadas como expressões da questão social.

Uma análise de conjuntura deve ir além das aparências, aprofundando-se e buscando a essência do real, é essencial para a atuação profissional, uma vez que se deve fundamentar a intervenção em princípios sólidos e consistentes e, através da análise de conjuntura, se é possível identificar as causas das situações atendidas, que se caracterizam como expressões da questão social.

CAPÍTULO III

3 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL

3.1 A CONCEPÇÃO DO ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL DE LEBON RÉGIS - SC

Neste capítulo apresenta-se o projeto institucional, sobre o qual foi realizado o estágio, o projeto acadêmico, a caracterização do lócus de intervenção as características dos beneficiários, a descrição da prática de estágio e, por fim, as considerações finais sobre o estágio.

As atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996) da antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.

O processo de consolidação das diretrizes de 1996 é tema dos debates oriundos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, e da construção das bases para o Currículo Mínimo de 1982, nos quais se podem pensar os marcos do projeto de profissão, no que tange à formação profissional.

Na Convenção Geral da ABESS em 1993 indica-se a necessidade de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982, como resultado do avanço teórico crítico construído pela categoria nesse período “Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências contemporâneas” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 58).

Entre 1994 e 1996 ocorreram diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares. Segundo o documento da ABESS/CEDEPSS de 1996 foram: 200 oficinas locais, em 67 unidades de formação acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e 02 nacionais.

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

É nessa direção que o trato rigoroso da questão social e de suas particularidades na realidade social, o trabalho e a ética, em uma perspectiva ontológica, se expressam em eixos transversais para a compreensão das diretrizes curriculares, categorias assentadas em uma perspectiva crítica e dialética.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 apontam para uma nova lógica curricular, que articula três Núcleos de Fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional. 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Tais núcleos se tornam eixos articuladores dos conteúdos necessários para a formação e o trabalho profissional do assistente social e “desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 63).

Nesta nova lógica, as matérias se desdobram em diferentes componentes curriculares, que ganham forma didático-pedagógicas diferenciadas como: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e dentre outros; além das atividades integradoras do currículo: o estágio supervisionado, que agora é formalizado em 15% da carga horária total do curso e o trabalho de conclusão de curso.

Essa lógica curricular se expressa de forma inovadora ao romper com a fragmentação do processo de ensino aprendizagem, e lança um “desafio político e uma exigência ética” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 63) na direção do projeto profissional que se reafirma com essas diretrizes.

As diretrizes são aprovadas em 08 de novembro de 1996, e em 20 de dezembro do mesmo ano é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Tal legislação expressa a agenda neoliberal de desmonte e flexibilização da educação brasileira e em especial a educação superior.

Em uma conjuntura de avanço neoliberal no marco da reestruturação produtiva, das expressões de contrarreforma do Estado que impactam em metas privatistas é que a ABEPSS terá novos desafios para implantação da proposta curricular de 1996.

Portanto, o currículo mínimo aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da entidade é “enquadrado, em 1999, no formato de Diretrizes Curriculares, tendo em vista o encaminhamento para a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A proposta apresentada pela ABEPSS ao CNE, sofreu no processo de aprovação por esse Conselho, em 2001, substantivas alterações” (ABREU, 2007, p.11).

Segundo Iamamoto (2012, p. 43, grifos da autora) essas alterações comprometem o projeto original, como por exemplo, “o perfil de bacharel em Serviço Social onde constava ‘profissional comprometido com os princípios e valores norteadores do Código de Ética do Assistente Social’, que foi retirado e substituído por ‘utilização de recursos da informática’”, entre outros elementos. Assim, defender as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é um compromisso na defesa do projeto ético político profissional, e a ABEPSS se coloca esse desafio, de acompanhar e monitorar a implementação das Diretrizes da entidade juntos aos cursos de Serviço Social e das escolas filiadas à entidade.

Para se desenvolver o estágio curricular obrigatório de Serviço Social, além de seguir as recomendações institucionais e os objetivos previstos, elaborou-se o Plano de Estágio, diário de campo e relatório de estágio para orientar a intervenção.

O Plano de Estágio: Norteia as ações do estagiário durante a realização do Estágio. O estágio é um processo que permite crescimento acadêmico/profissional, pois nele se vivencia a prática profissional com subsídios teóricos críticos que permitem uma análise crítica da realidade onde o estágio será desenvolvido;

O Diário de Campo: Serve para organizar e registrar todos os fatos e acontecimentos que se passam durante o período de estágio, diário de campo é um documento usado como instrumento no serviço social, ele permite que o assistente social faça anotações das ações realizadas no exercício profissional.

O Relatório de Estágio: O relatório de estágio é um documento construído após a realização do estágio, o mesmo deve relatar as experiências vivenciadas no decorrer do período de estágio. Ele é construído na fase final, onde o estagiário relata de forma crítica o aprendizado em meio os desafios de se inserir em uma instituição intervindo junto aos profissionais, salientando aquilo que se aprendeu.

O desenvolvimento de estágio Curricular Supervisionado respalda-se de conteúdos e Instrumentais Técnicos Operativos, sendo eles: visitas domiciliares, entrevistas, escuta qualificada com os usuários, observação, abordagem individual e grupal etc., pois só assim podemos compreender o processo de trabalho no seu sentido amplo, adquirindo assim um exercício profissional qualificado.

O estágio supervisionado é descrito, ou seja, caracterizado, no regulamento de estágio, nas Diretrizes curriculares e pela lei que regulamenta a profissão de assistente social, nº 8.662/93. O estágio propicia ao acadêmico de Serviço Social um conhecimento amplo e preciso.

As expectativas foram as melhores possíveis, pois a experiência de estágio supervisionado revela-se importante para o nosso processo de formação e aprimoramento profissional. O estágio permitiu o desenvolvimento de elementos como a iniciativa, a proposição e a criatividade, tanto para a identificação da demanda, quanto nas atividades práticas.

Para a instituição, sua importância está na medida em que promove a troca de saberes pautada em teoria e realidade acerca dos assuntos abordados.

O Estágio Curricular Obrigatório de Serviço Social constitui um momento de aquisição e aprimoramento de conhecimentos e de habilidades essenciais ao exercício profissional, tendo como função integrar teoria e prática. Trata-se de uma experiência com dimensão formadora e sócio-política, que proporciona ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, consolida sua profissionalização e explora as competências básicas indispensáveis para uma formação profissional ética e corresponsável pelo desenvolvimento humano e pela melhoria da qualidade de vida.

É entendido como um eixo articulador da produção de conhecimento em todo processo de desenvolvimento do currículo do curso. Baseia-se no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica “pôr em uso” conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica, quer na sua vida pessoal e profissional.

Pode ser entendido como um complemento ao processo de graduação acadêmica, mostrando ao estagiário o papel que lhe caberá futuramente. Conhecendo assim, mais a fundo as características apreendidas em sala de aula, vivenciadas na prática cotidiana profissional.

Para justificar o trabalho do serviço social no cenário contemporâneo, é necessário antes de qualquer coisa, analisar a realidade da atual sociedade. Fazendo uma análise a situação econômica, social, política e cultural. Além de analisar a conjuntura atual, devemos compreender que a mesma é mutável, pois a profissão em questão realiza seu trabalho por meio da intervenção junto a sociedade, adotando um posicionamento ético a favor da classe trabalhadora vulnerável a exploração.

Entre as atividades observadas durante o estágio destacam-se: Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF); Medida Socioeducativa; BPC-Benefício de Prestação Continuada e o Serviço de Proteção Atendimento Especializado às famílias e indivíduos (PAEFI).

A Proteção Social Especial é dividida em média e alta complexidade. A primeira no caso a Média Complexidade - CREAS, atende às famílias e indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, ou seja, oferece serviços assim como PAEFI – Proteção de Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Sócio Educativas de LA e PSC, Serviço de Prestação Comunitário, PAEFI – Proteção de Atendimento Especializado as famílias e indivíduos, Serviço Especializado de abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de LA e Serviço de Prestação Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, Serviço Especializado para pessoas em situação de rua.

A segunda, de alta complexidade, ou seja, o Órgão Gestor atende às famílias que se encontram em situação de ameaça ou violação de direitos e a indivíduos que por uma série de fatores, que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias. Tendo em conjunto os seguintes Serviços ofertados: Serviço de Acolhimento Institucional: Abrigo institucional, Casa Lar, Casa de Passagem, Residência Exclusiva.

3.2 INSTITUIÇÃO DE ESTÁGIO E O SERVIÇO SOCIAL

3.2.1 Estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis

- Secretária da Assistência Social: Nilcéa do Vale Rocha Hanna (40h);
- Assistente Social: Rosane Dias Guesser (30h);
- Psicóloga: Débora Aureswald de Moraes (40h);
- Recepcionista: Larissa Aparecida Maiberg Querino (40h);
- Técnica do Bolsa Família: Paola Dayana Ziem (40h).

3.2.2 Serviços Oferecidos

- Planejamento/Monitoramento e Avaliação;
- Gestão do Trabalho;
- Acompanhamento dos convênios da rede sócio assistencial;
- Assessoria aos Conselhos Municipais (CMAS, CMDCA, CMI e CMDPD);
- Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social;
- Organizações de conferências, seminários e capacitações;
- Gestão dos benefícios eventuais;
- Concessão de benefícios eventuais;
- Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS e outros Planos;
- Gestão do CadÚnico;
- Cadastramento/ Atualização Cadastral no CadÚnico;
- Programa de Regularização Fundiária/Lar Legal.

3.2.3 Serviço Social na Instituição

O Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, constitui-se numa profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, como tal, intervém no âmbito da questão social, mais exatamente das formas de tratamento da mesma. A profissão de Serviço Social tem uma regulamentação, uma lei um código de ética e um projeto ético-político, projeto de formação profissional, portanto, uma direção

social, um perfil determinado de profissional, bem como um conjunto de atribuições e competências socioprofissionais.

A proposta de intervenção do serviço social permeia pela ética de maneira a garantir que a intervenção tenha como base a análise crítica das realidades sociais e a preocupação com efetivação na direção da conquista da garantia de direitos fundamentais.

Atender a população em geral do município de Lebon Régis, no que diz respeito à cidadania, assegurando a execução das políticas sociais, visando garantir o atendimento a necessidade do cidadão e procurando buscar sempre o envolvimento do poder público e entidades.

A atuação do Serviço Social visa a “questão social” que pode ser definido como um conjunto de problemáticas sociais, políticas e culturais, e que se manifestam através da pobreza, desemprego, fome, miséria, falta de saúde, saneamento básico, situação de rua, prostituição, dependência química entre outros, que são resultados dos diversos conflitos entre capital e trabalho. Ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual. Os usuários são os cidadãos, grupos, indivíduos e famílias, que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade,

Os motivos que levam os usuários a estar nesses serviços é uma questão problemática de desvantagem pessoal resultante de diferentes formas de violência advinda de um sistema de distribuição de renda, onde muitos têm pouco e poucos tem muito., grupos e indivíduos, inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal, estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Diante das finalidades da Secretaria, minha expectativa enquanto acadêmica de Serviço Social baseava-se em observar e atingir um trabalho interdisciplinar. O atendimento aos usuários deve ser realizado de forma estruturada e organizada pela rede de serviços, assim sendo, deve-se diagnosticar as demandas apresentadas pelos usuários, acolhê-los, dar-lhes atenção digna, de qualidade e resolutiva desde o primeiro nível de atenção.

Esta é uma profissão extremamente crítica e interventiva pautada por um código de ética e um projeto ético-político que oferece, por meio de intervenções, orientações e encaminhamentos, a garantia ao acesso à direitos constitucionais,

atendimento de qualidade e justo para pessoas e familiares através de ações humanizadas.

3.3 PROJETO ACADÊMICO DE INTERVENÇÃO

O estágio curricular obrigatório foi muito significativo as experiências que vivencie e foram vivenciadas as intervenções realizadas foi fundamental para obter conhecimento no processo de ensino sobre a profissão serviço social, a supervisão de campo proporciona reflexão e análise crítica das condições objetivas que permeiam o trabalho profissional.

O estágio supervisionado em Serviço Social tem como ponto de partida fundamental nas políticas públicas sociais, a sua grande importância só aumenta ainda mais às profundas transformações no mundo do trabalho.

É um espaço que capacita o acadêmico a uma postura crítica e reflexiva, constituindo um momento único para a formação profissional. Ele proporciona ao estudante a inserção na prática profissional, possibilitando entrar em contato com uma realidade concreta e contraditória. Constitui um espaço de extrema importância para capacitar os discentes na intervenção social.

A finalidade do estágio é decifrar as relações institucionais e conhecimentos das expressões da “questão Social, contribuindo para que o estagiário se aproprie e compreenda verdadeira construção da profissão junto a realidade.

As dificuldades surgem no caminho, mas não para nos atrapalhar e sim para nos dar mais força e embasamento para continuarmos em frente, construindo assim uma passagem a essas pessoas e famílias que se encontram em estado de vulnerabilidade social, sendo capaz de lhes oferecer o que é seu por direito e da cidadania.

O desenvolvimento de estágio Curricular Supervisionado IV respalda-se de conteúdos e Instrumentais Técnicos Operativos, sendo eles: visitas domiciliares, entrevistas, escuta qualificada com os usuários, observação, abordagem individual e grupal etc., pois só assim podemos compreender o processo de trabalho no seu sentido amplo, adquirindo assim um exercício profissional qualificado.

O estágio supervisionado IV é descrito, ou seja, caracterizado no regulamento de estágio, nas Diretrizes curriculares e na lei que regulamenta a profissão n. 8.662/93 profissão de serviço social, no qual propicia ao acadêmico de Serviço Social um conhecimento amplo e preciso.

As expectativas são as melhores possíveis pois a experiência de estágio supervisionado revela-se importante para o nosso processo de formação e aprimoramento profissional. Para a instituição, sua importância está na medida em que promove a interface entre troca de saberes pautada em teoria e realidade acerca dos assuntos abordados. Estive envolvida em todas as atividades pois propiciaram o desenvolvimento de elementos como a iniciativa, a proposição e a criatividade, tanto para a identificação da demanda, quanto nas atividades.

3.3.1 Objetivos do estágio

3.3.1.1 Objetivo geral

Conhecer e analisar o processo de intervenção teórico/crítico, uma realidade institucional, espaço sócio ocupacional dos Assistentes Sociais.

3.3.1.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar a realidade institucional tendo presente a estrutura e funcionamento da instituição e a relação com as políticas setoriais;
- Caracterizar o espaço sócio ocupacional do Assistente Social, localizando-o e descrevendo-o;
- Construir pautas de intervenção coerente com as necessidades dos sujeitos sociais buscar coerência a ação cotidiana com subsídios teóricos elencados no processo de intervenção;
- Referenciar a teoria que de sustentação ao processo de intervenção de estágio;
- Buscar coerência na ação cotidiana com os subsídios teóricos elencados no processo de intervenção;
- Apresentar o perfil socioeconômico dos sujeitos sociais que farão parte do processo de estágio.

3.3.2 Usuários

Os usuários são os cidadãos grupos, e famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade social, ou seja, de uma baixa capacidade material,

simbólica e comportamental, para enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam.

Os motivos que levam os usuários a estar em acompanhamento é uma questão problemática de desvantagem pessoal resultante de diferentes formas de violência e vínculos interrompidos, conflitos familiares e outros.

É fundamental lembrar que a vulnerabilidade e o risco social não são adjetivos da condição do usuário. Na verdade, eles são inerentes à produção da desigualdade que é intrínseca ao sistema capitalista. As vulnerabilidades e os riscos sociais devem ser enfrentados como produtos dessa desigualdade e, portanto, requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. Trata-se de reconhecer essa desigualdade e identificar que há um campo de atuação importante que atende às necessidades sociais da população – política de assistência social – que deve ser trabalhada como direito de cidadania.

Compreender a assistência social dessa forma rompe com a lógica de responsabilizar o sujeito pelas vicissitudes e mazelas que o capitalismo produz e exige que haja um movimento da sociedade em pensar com os usuários sobre quais são suas reais necessidades.

A “questão social”, não é vista de forma concreta, o que é visto de forma concreta são as diversas expressões que surgem em meio o confronto do capital e trabalho. Podemos exemplificar como expressões a fome, o desemprego, alcoolismo, falta de condições dignas de vida, saúde e educação.

Do ponto de vista acadêmico, podemos dizer que o serviço social se faz necessário devido ao conhecimento teórico/crítico capaz de desvelar a realidade apresentada, buscando assim possíveis soluções que contribuam para que os usuários tenham condições de superar as suas vulnerabilidades.

3.3.3 Importância do estágio para o desenvolvimento acadêmico

A origem da profissão da área de Serviço Social aconteceu com a fundação da primeira escola de Serviço Social no mundo, na Cidade de Amsterdã, em 1899, tendo como suporte teórico a sociologia “No processo de legitimação da profissão o serviço social traz em sua gênese a figura de Mary Ellen Richmond Assistente Social norte americana pioneira da profissão”.

Ela é a primeira a escrever sobre a diferença entre “assistência social”, ou caridade, ou filantropia, e o Serviço Social propriamente dito. Além de desenvolver a

técnica de tratar os indivíduos isoladamente (Serviço Social de Caso), o qual metodologicamente buscava compreender e resolver os problemas dos indivíduos de forma particular, sem levar em consideração os diversos fatores internos e externos da realidade de cada sujeito.

Na sequência, desenvolveu-se o Serviço Social de Grupo com objetivo de atender uma maior demanda já que o aprofundamento da crise capitalista tornou evidente que resolver “casos” de maneira isolada, um por um, já não era suficiente para atender as grandes demandas, tendo em vista o aprofundamento das expressões da “Questão Social”. Trazendo o debate para o Brasil, o Serviço Social surge na década de 1930, não de forma isolada, mas em articulação com a história dos processos econômicos, das classes e das próprias ciências sociais, bem como, pelos setores políticos, social e religioso.

A história da profissão só pode ser entendida no contexto das relações de classe, onde se expressa seu compromisso social. Historicamente, o Serviço Social tem evidenciado seu compromisso com os interesses das classes do bloco hegemônico do poder, confrontando-se, contraditoriamente, com a clientela que tem se constituído no sujeito de sua ação cotidiana.

A fonte legitimadora da formação do Serviço Social foi a igreja Católica como estratégia política do estado frente as pressões e questionamentos da sociedade na época.” Marcado por diversos conflitos, o governo provisório de Getúlio Vargas, passou a desempenhar funções econômicas, políticas e administrativas e de responsabilidades sociais aos menos beneficiados, conforme estratégias estabelecidas para o enfrentamento dos problemas sociais. Este serviço foi consolidado em políticas sociais e a profissão transformou-se em uma engrenagem de execução de políticas do estado e dos interesses empresarias.

O Serviço Social é considerado como uma profissão de caráter interventivo, que está inserido na divisão social e técnica do trabalho, tendo como base a Lei n.º 8.662/93 que regulamenta a profissão, e tem um código de ética e possui um grande campo de atuação, podendo atuar no campo das políticas sociais, com objetivo de viabilizar os direitos da população na saúde, educação, previdência social, habitação, varas da infância e juventude, famílias, instituições, podendo ainda atuar em entidades públicas ou entidades não governamentais - ONGs.

O profissional Assistente Social promove a garantia e a proteção social básica e especial do individuo, sendo assim um Assistente Social assalariado que está no

seu desempenho de sua função intelectual, dependendo de sua opção política ou de sua visão de homem, mundo e sociedade, colocando assim a favor de interesses do capital ou dos trabalhadores ou classes subalternas. O Serviço Social nada mais é que influenciado por uma conjuntura política histórica, econômica e social, tendo assim sua principal gênese no Brasil.

O enfrentamento das expressões da questão social começa então a ser empregado maciçamente a partir da separação positivista que vinha do pensamento conservador entre o econômico e o social. A Assistência Social, enquanto Política Pública de garantia e defesa de direitos, que trata de atender as demandas, destinando benefícios e serviços a pessoas que nunca contribuíram para tal sistema, e para lidar com a pobreza extrema, foram desenvolvidas Programas de Transferência de renda (PTRs), Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), com a finalidade principal de subsidiar os mínimos sociais para a população mais carente economicamente.

As expressões da “questão social” podendo assim ser definido como um conjunto de problemas econômicos sociais, políticos e culturais, e que se manifestam através da pobreza, desemprego, fome, miséria, falta de saúde, saneamento básico, situação de rua, prostituição, dependência química entre outros, que são resultados dos diversos conflitos entre capital e trabalho.

Segundo Yamamoto (1999, p. 27):

A “Questão Social” pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

A questão social é o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos (doenças, fome, desemprego etc.) e que está fortemente vinculada ao conflito entre capital e trabalho.

Em fins do século XIX a economia social passa de mão de obra escrava para mão de obra assalariada, no início da industrialização brasileira surge a questão social e começa a ser vista como um problema, em discurso político liberal, os burgueses afirmam que essa questão deve ser resolvida e é uma obrigação do Estado.

Daí em diante a questão social passa a fazer parte do nosso cotidiano, agravando-se cada vez mais através do crescimento populacional, do desemprego,

deixando a população muito mais suscetível a problemas sociais, e do aceleramento do processo capitalista.

A questão social atingiu um nível tão crítico, que para combatê-la o Governo recorreu a implementação de políticas sociais públicas, que não combateram totalmente a questão social, já que enquanto houver capitalismo e desigualdade entre as classes sociais, haverá a questão social e as políticas sociais para combatê-las.

Política Social é uma ação desenvolvida por órgãos que objetivam a prestação de serviços e benefícios para a melhoria da condição de vida da população. As Políticas Sociais Públicas, concretizam direitos sociais garantidos e declarados em lei, exigindo providências concretas em direção a satisfação de necessidades sociais, visando o bem coletivo.

Quando o sujeito social trabalha ele financia políticas através de descontos sobre a folha salarial, se desempregado as financia através de impostos pagos por toda população, garantindo o retorno de sua colaboração, quando necessário.

No Brasil os assalariados pagam obrigatoriamente a Previdência Social, o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o PIS (Programa de Integração Social), e o FINSOCIAL (Fundo de Investimento Social), com todos esses fundos obrigatórios por lei o estado arrecada uma quantia que é destinada aos benefícios sociais. Mais nem sempre as políticas públicas são executadas pelo estado, muitas vezes por convênios com empresas privadas como hospitais, bancos, que cobram o estado pelo serviço prestado.

Essas políticas auxiliam desde as camadas periféricas com habitação, saneamento, alimentação e outros, até as camadas mais favorecidas com educação, saúde, previdência etc. Além destas, existem a políticas públicas garantidas em lei também e que auxiliam as camadas menos favorecidas a assistência social, a educação, a previdência social, a saúde etc. Tais políticas articula-se com o processo econômico na manutenção de trabalho e no estímulo a demanda global de bens e serviço.

3.3.4 Relatos técnicos das principais ações

Abaixo aponta-se alguns relatos técnicos para demonstrar algumas das atividades que foram desenvolvidas.

Avaliação do usuário:

Não foi solicitado.

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Renda

Data:09-04-2019

Horário: 8:00 as 12:00 13:00 as 17:00

Duração: 8 horas

Participantes:

Caroline Marafigo - estagiária;

Rosane Dias Guesser – supervisora

Pauta:

Visita domiciliar

Objetivo

Realizar visita domiciliar para averiguação da situação familiar

Estagiária:

Caroline Silva de Marafigo

Instrumental técnico operativo:

Visita domiciliar, entrevista, observação, orientação, acompanhamento

Relato técnico da intervenção

Realizamos visita domiciliar, encontramos a seguinte situação:

Na residência moram AD, seu pai RO e sua madrasta IV, a casa é de propriedade da madrasta de AD, que possui o necessário para sua sobrevivência. Os ocupantes da mesma são aposentados, trata-se de um casal de idosos e uma pessoa com deficiência.

AD, 45 anos possui deficiência mental, frequentava a APAE, pois moravam no município de caçador, após o falecimento da mãe, o pai casou-se novamente e passou a residir com a nova companheira no município de Lebon Regis na comunidade de Caçador Grande, motivo pelo qual Ad não frequentou mais a APAE pelo difícil acesso até a cidade pois o local fica distante a 40 quilômetros da escola especial.

É ofertado pelo município um transporte coletivo para alunos que necessitam se deslocar da comunidade para estudar, mas segundo a família Ad trata-se de uma pessoa agressiva e que necessita de cuidados de terceiros por isso não poderia utilizar o mesmo transporte sem acompanhante.

Obtivemos ainda a informação de que Ad não está tomando a medicação que deveria fazer uso, segundo o pai “era muito forte” (sic), e por conta própria resolveu retirar a medicação.

No momento da visita não foi observado nenhuma situação de vulnerabilidade ou maus tratos para com o rapaz em tela. O genitor se prontificou a levá-lo em um médico especialista em neurologia na cidade de Caçador Dr. Nabil Bittar, e trazer-nos o atestado do médico e a medicação que ele usara

Avaliação da estagiária

Enquanto acadêmica observou-se a importância do acompanhamento e das intervenções por parte da equipe técnica nas famílias pois, percebe-se que com orientações do profissional os usuários resgatam, gradativamente sua autonomia e aspirações, adotando nova postura diante da vida.

Para que se possa construir uma sociedade inclusiva é preciso antes de qualquer coisa, de toda uma mudança no pensamento das pessoas e na estrutura da sociedade, isso requer certo tempo, mas o que irá realmente nortear e desencadear essas mudanças nas pessoas é em um primeiro momento a real aceitação das pessoas com necessidades especiais, essa aceitação deve começar pela própria família.

Avaliação do usuário:

Não foi solicitado

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Renda

Data:10-04-2019

Horário: 8:00 as 12:00 13:00 as 17:00

Duração: 8 horas

Participantes:

Caroline Marafigo - estagiária;

Rosane Dias Guesser – supervisora

Pauta:

Visita domiciliar

Objetivo

Realizar visita domiciliar para decisão de guarda

Estagiária:

Caroline Silva de Marafigo

Instrumental técnico operativo:

Visita domiciliar, entrevista, observação, orientação, acompanhamento

Relato técnico da intervenção

Realizamos visita domiciliar, encontramos a seguinte situação:

A família reside em casa própria de madeira. Na casa moram apenas Ca Da e a avó Sra. Ce.

O infante reside atualmente com a avó materna desde os três anos de idade.

Segundo a (tia de Ca) a família morava em Palmas/PR, porém devido a muitos conflitos familiares, Gi pediu separação e veio para o município de Lebon Régis, junto de sua família.

Gi neste período se envolveu com outra pessoa, passou a residir na comunidade de Rio Bonito e Ca ficou morando com a avó materna.

Gi está desaparecida a 7 anos, a família nunca mais teve notícias de seu paradeiro. Durante este período o Sr. Da (pai de Ca Da) tentou aproximação com o filho inclusive tentou raptá-lo, depois disso nunca mais teve procura paterna.

A genitora deixou dois filhos de pais diferentes, sendo Ca Da e Vi Ga, os dois residem com as avós, são vizinhos e mantem uma boa convivência mantendo o vínculo familiar.

C.a está frequentando a escola 5ª série do fundamental período vespertino na Escola Municipal Núcleo Rio Doce. Fizemos contato com a

direção da escola que relatou a seguinte situação: “Ca Da é comportado, tranquilo mas no entanto é reservado, e diz que tem medo de pessoas estranhas por isso não possui muitos amigos”, (Sic) mas é considerável que o mesmo seja reservado de acordo com seu histórico pois já vivenciou momentos que hoje refletem no seu convívio social, segundo relatos da escola, a avó é participativa em todas as reuniões e tem uma relação afetiva e carinhosa com o neto e vice versa.

A família vive em razoáveis condições habitacionais, em casa própria de madeira com 3 cômodos sendo apenas um quarto, móveis são simples mas o suficiente para as necessidades da família, Ce entrou com o pedido de aposentadoria mas ainda não houve resultados e a única renda que há no momento é a transferência de renda do governo Bolsa Família no valor de R\$198,00 reais.

Ressaltamos ainda que no momento da visita se fazia presente apenas a tia de Ca, Gi que mora aos fundos do lote da mãe e que nos deu as informações necessárias para o momento pois a Sra. Ce não estava presente no dia da visita e Ca estava na escola, a mesma nos indagou que ajuda a cuidar do sobrinho desde

que sua irmã desapareceu e nos viabiliza a importância de sua mãe ter a guarda do menino pois é responsável e necessita tomar as devidas providências que ele necessita.

Avaliação da estagiária

A visita domiciliar é um instrumento técnico-metodológico que é empregada na prática da profissão, pois facilita a aproximação do profissional à realidade do usuário. Assim, a intervenção e o estudo social no locus proporcionam uma coleta de dados mais eficaz. O estudo social é utilizado amplamente em vários campos, e o Assistente Social por meio da observação da visita domiciliar e da entrevista realizada, coleta as informações fazendo a interpretação através do diagnóstico da situação para os interessados.

Neste momento nota-se a importância do acompanhamento da equipe técnica com a família, pois não se pode medir a dimensão do assunto sem antes conhecer a realidade em locus, frente a visita domiciliar abordamos situações desconhecidas e de muito mais valia para nós profissionais.

Avaliação do usuário:

Não foi solicitado

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Renda

Data: 11-04-2019

Horário: 8:00 as 12:00 13:00 as 17:00

Duração: 8 horas

Participantes:

Caroline Marafigo - estagiária;

Rosane Dias Guesser – supervisora

Pauta:

Atendimento

Objetivo

Realizar elaboração do PIA, orientação

Estagiária:

Caroline Silva de Marafigo

Instrumental técnico operativo:

entrevista, observação, orientação, acompanhamento

Relato técnico da intervenção

O adolescente Re Hi, 13 anos está em acompanhamento pela equipe técnica da gestão, reside com os pais, uma irmã mais velha e um irmão, ambos os irmãos também possuem medidas para cumprir Re é super protegido e mimado pelos pais, observa-se que ele não tem nenhuma responsabilidade, Re vai para a escola quando quer, e quando vai sempre entra em conflito com os professores e colegas. Em contato com a escola observamos que Re tem muitas faltas e atas por mal comportamento, já foi expulso de várias escolas do município por desrespeitar o patrimônio escolar, no entanto a mãe de Re diz que a escola implica muito com ele e que nem sempre ele é o errado.

Re tem uma medida para cumprir pois os professores abordaram o mesmo usando substâncias ilícitas (maconha) dentro de uma sala de aula durante o intervalo.

O infante veio até a secretária para fazer o PIA (Plano Individual de Atendimento). A elaboração do plano é de responsabilidade da equipe técnica da unidade de atendimento, tomando por base a participação do adolescente e do seu grupo familiar, bem como os relatórios e pareceres das equipes técnicas de todos os órgãos públicos, programas e entidades que lhes presta atendimento e/ou orientação.

O PIA pode ser construído como um plano de estratégias e ações a serem desenvolvidas, segundo diretrizes fixadas por eixos de garantia de direitos fundamentais (educação, saúde, convivência familiar e comunitária e outros previstos pelo ECA). Ele parte da avaliação técnica interprofissional criteriosa e busca trabalhar sobre a singularidade no coletivo.

O Ato infracional é aquele ato condenável, de desrespeito às leis, à ordem pública, aos direitos dos cidadãos ou ao patrimônio, cometido por crianças ou adolescentes. No caso de ato infracional cometido por criança (até 12 anos incompletos), aplicam-se as medidas de proteção, nesse caso, o órgão responsável pelo atendimento é o Conselho Tutelar. Já o ato infracional cometido por adolescente deve ser apurado pela Delegacia da Criança e do Adolescente a quem cabe encaminhar o caso ao Promotor de Justiça que poderá aplicar uma das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - Advertência;
- II - Obrigação de reparar o dano;
- III - Prestação de serviços à comunidade;
- IV - Liberdade assistida;
- V - Inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - Internação em estabelecimento educacional;
- VII - Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Avaliação da estagiária

Enquanto acadêmica observou-se a importância do acompanhamento e das intervenções por parte da equipe técnica nas famílias pois, percebe-se que com orientações do profissional os usuários resgatam, gradativamente sua autonomia e aspirações, adotando nova postura diante da vida.

Avaliação do usuário:

Não foi solicitado.

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Renda

Data: 12-04-2019

Horário: 8:00 as 12:00 13:00 as 17:00

Duração: 8 horas

Participantes:

Caroline Marafigo - estagiária;

Rosane Dias Guesser – supervisora

Pauta:

Benefício eventual

Objetivo

Encaminhamento de benefício eventual

Estagiária:

Caroline Silva de Marafigo

Instrumental técnico operativo:

entrevista, observação, orientação, acompanhamento

Relato técnico da intervenção

O benefício eventual visa o enfrentamento de contingências sociais. Os requerentes, no momento de sua solicitação, estão vivenciando privações, necessidades imediatas ocasionadas por eventos que fogem da vida cotidiana e que prejudicam a capacidade de enfrentá-los. Logo, essas necessidades exigem

respostas imediatas do poder público de forma a atender a necessidade do indivíduo ou da família.

O benefício eventual é um direito assegurado a todas as famílias e indivíduos que, no momento de contingência social, necessitem da proteção social imediata do Estado. Deste modo, pode-se afirmar que tal oferta pública contribui para a igualdade de acesso a direitos fundamentais, especialmente para assegurar a dignidade humana como um valor e um direito que é referência para os demais direitos.

O Benefício Eventual por situação de morte, também chamado Benefício Eventual Funeral (ou auxílio-funeral), visa não somente garantir funeral digno como garantir o enfrentamento de vulnerabilidades que surgem ou se intensificam depois da morte do membro da família. As despesas de urna funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, isenção de taxas e colocação de placa de identificação, dentre outros serviços inerentes. As necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

Portanto foi concedido o benefício eventual auxílio funeral para a família de AL, que veio a falecer e que não possui recursos para subsidiar as despesas fúnebres, trata-se de uma família numerosa com crianças pequenas e que no momento está vulnerável diante desta situação.

Avaliação da Estagiária

Os benefícios eventuais constituem um direito social legalmente assegurado aos cidadãos brasileiros na área da proteção social básica, e a concessão de auxílios e benefícios é uma prática inclusiva de atenção por parte da assistência social. A qual se construiu no campo do direito o auxílio funeral.

Para esta família foi concedido então cumpre-se a funerária ficar na condição de organizar e dar todo o suporte para a referida família, a importância deste auxílio constitui em um direito do cidadão para que quando necessário possa ter o suporte também, uma forma de proporcionar ao ente falecido um funeral digno.

Avaliação do usuário:

Não foi solicitado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Assistência Social progrediu como política pública e tem como objetivo principal trazer resultados eficazes e duradouros de proteção à família e aos cidadãos. Cabe ao Estado proporcionar condições para que estas políticas sejam implementadas além do simples atendimento familiar e sim proporcionar qualidade face às demandas e necessidades sociais, tornando-se provedora de proteção social.

Instalar Políticas Públicas e Proteção Social torna-se um grande desafio frente aos tempos de crise e de modificações no capitalismo e na vida social. Sabe-se que este trabalho deve caminhar de mãos dadas com o Estado e vem acompanhado das cobranças da democracia, direito este que deve ser protegido.

Se o direito e a justiça não forem preservados, a política social não passa de mera medida burocrática, pois ela deve funcionar como mediadora do direito cidadão.

A atividade profissional do Serviço Social enfrenta grandes desafios e procura se libertar de terminações, condicionamentos e limitações da sociedade onde está inserida.

Realizar o Estágio Supervisionado na Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – SC permitiu a observação da realidade onde os usuários das políticas sociais estão inseridos, além de conhecer a realidade prática da profissão. Foi possível observar que a região atendida possui níveis de desigualdade elevados, fato observado em grande parte do país, porém as políticas sociais atuam nestas realidades e buscam, através do trabalho do Assistente Social, amenizar as diferenças, promover autonomia cidadã e melhorar a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Projeto ABEPSS Itinerante**. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendonós e construindo alternativas. São Paulo: Mimeo, 2014.
- ABESS/CEDEPSS. **Caderno ABESS n. 07**. Caderno Especial: Formação Profissional: trajetórias e desafios. Cortez, São Paulo: 1996.
- ABREU, M. M. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação. **Revista Temporalis**, n. 14, jul-dez.2007.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 39 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, n. 191-A, 05 de out. 1988.
- _____. Lei Federal 8.069/1990, de 16 de setembro de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 1990.
- _____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), 1993.
- _____. **Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PAIF**. Brasília: Ministério da Assistência Social, 2003.
- _____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Senado Federal, 2004
- _____. **Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006**. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2006.
- _____. **Resolução nº. 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: CNAS, 2009.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. **Diário Oficial da União**, 2012
- _____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (Guia de Orientação nº 1). **Diário Oficial da União**, 2005.
- CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, CFESS, 1993.
- GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 4 ed. São Paulo. Cortez. 2005.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade** - trabalho e formação profissional. 16 ed. São Paulo: Cortez. 2009.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

_____. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 25. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2011.

LENIN, V. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

MARTINELLI, M.L. **Serviço Social** – Identidade e Alienação. São Paulo. Editora Cortez.1989.

MARTINELLI, M.L. KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez.1994.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital**. Volume I, Tomo 2. Cap. XXIII. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. Revista Temporalis, Brasília, ano 2, n. 3 jan./jul.,2001

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez. 2006.

OGBURN, W. F.; NIMKOFF, M. F. **Sociologia**. Madrid: Aguillar, 1971.